

# **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

## **NORMAS E PROCEDIMENTOS BÁSICOS PARA OS CONSELHOS TUTELARES<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> O material foi disponibilizado pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Criança e do Adolescente do Paraná – disponível em:

<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1870>

## **APRESENTAÇÃO**

No intuito de auxiliar os membros do Conselho Tutelar para um bom desempenho de suas atribuições e na incessante luta pela defesa e efetivação dos interesses das crianças e adolescentes, sabendo-se que o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, definidos na Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, Conselheiros e Conselheiras Tutelares, compilando diversos dados, com respaldo na Legislação e com objetivo de dar às suas ações, a direção proposta no ECA, elaboraram o presente Manual de Procedimentos, para subsidiar tecnicamente seu trabalho e ações no dia-a-dia, visto que os Conselheiros e Conselheiras Tutelares se deparam com uma série de dificuldades em relação a aplicabilidade de suas atribuições previstas nos artigos 18-B, par. único; 90, §3º; 95; 136; 191 e 194 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Sabendo-se que, segundo preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, cada município deve ter, no mínimo, 01 (um) Conselho Tutelar composto de 05 (cinco) membros eleitos pela comunidade local, para mandado de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução. Assim sendo de sua competência a aplicação de medidas de proteção à criança e ao adolescente cujos direitos tenham sido ameaçados ou violados, por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis ou em razão de sua conduta, como preconiza o art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para que o Conselho Tutelar possa bem e fielmente desempenhar suas relevantes atribuições, é fundamental que todos os seus integrantes atuem em uníssono, conhecendo tanto o papel desempenhado pelo órgão quanto aquele que cabe aos demais integrantes da “rede de proteção à criança e ao adolescente” local.

Para tanto, decidiram detalhar os procedimentos e encaminhamentos dos direitos violados elencados no Programa (Sistema) SIPIA-WEB, elaborando o Manual de Procedimentos, que servirá como referência para orientar com conteúdos técnicos a operacionalização das ações dos Conselheiros e Conselheiras Tutelares, tornando-se uma ferramenta de consulta, não somente para estes, mas para todos os que atuam e desejam contribuir com questões relacionadas à defesa, promoção e efetivação dos direitos de crianças e adolescentes.

### **DEPOIMENTO DE UM CONSELHEIRO**

Nós, Conselheiros e Conselheiras Tutelares, com objetivo de unificar os atendimentos do Conselho Tutelar, percebendo a necessidade de atendermos nossos usuários em igualdade de condições, decidimos em Assembleia Geral, que deveríamos elaborar um material que viesse servir de apoio para nossa gestão, bem como para as próximas que virão. Neste material terá que estar explícito, em linguagem apropriada, as atribuições do Conselho Tutelar e os procedimentos a serem adotados nos mais diversos casos de ameaça/violação de direitos infanto-juvenis, facilitando assim, o entendimento de todos.

Isto decorre da constatação que os membros do Conselho Tutelar, no desempenho de suas atribuições na defesa e promoção dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, se deparam, muitas vezes, com situações que geram dúvidas na forma de alguns encaminhamentos que visam a proteção de fato, para a violação de direitos evidenciada. Assim sendo, com o intuito de que a aplicação de medidas protetivas e outras atribuições inerentes ao Conselho Tutelar surtam o efeito desejado, optou-se pela elaboração de um manual de procedimentos técnicos e administrativos, visando nortear as ações de todos os Conselheiros e Conselheiras Tutelares, bem como, de outros agentes públicos e pessoas interessadas na causa da criança e do adolescente, com base no que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente.

## **CONSELHO TUTELAR DA TEORIA À PRÁTICA**

O Brasil, para adequar-se à letra e ao espírito da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, após previsão constitucional (art. 227 da Constituição Federal), regulamentou, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos.

A nova lei tem por base a Doutrina da Proteção Integral que assegura para todas as crianças e adolescentes, sem exceção alguma e com a mais absoluta prioridade, os direitos à sobrevivência (vida, saúde, alimentação), ao desenvolvimento pessoal e social (educação, cultura, lazer e profissionalização) e à integridade física, psicológica e moral (liberdade, respeito, dignidade e convivência familiar e comunitária).

Dentro da sistemática estabelecida pelo ECA para o atendimento à criança e o adolescente, uma das maiores inovações foi sem dúvida a criação do Conselho Tutelar que, por definição legal, é o órgão encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos na própria legislação tutelar (art. 131). A ação Conselheira deve estar muito além das paredes de uma sala de atendimento, pois ao atender a situação individualizada de uma criança ou adolescente é preciso entender qual/quais foi/foram o/os direito/os violado/os e quem foi o/ou foram os responsáveis para, em seguida, dar ao caso a solução mais adequada, sem prejuízo da tomada de providências destinadas a evitar que outras crianças tenham o mesmo destino. Para tanto, é preciso analisar e avaliar de forma crítica as causas determinantes do problema, inclusive no que diz respeito a eventuais falhas na estrutura de atendimento disponível no município, nos procedimentos adotados junto à família de origem, na observância dos princípios e normas técnicas e jurídicas aplicáveis, dentre outros fatores a serem considerados, tanto no plano individual quanto coletivo. Dentre outros elementos a serem considerados, estão os dados registrados em cada atendimento e o que está por trás dos números o sistema de informações (SIPIA), que devem também servir de base para que o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, possa elaborar o plano de atendimento do município para a área da Infância, com observância da garantia de absoluta prioridade na elaboração da proposta orçamentária e a efetiva implementação dos programas, serviços e projetos que garantam o atendimento adequado, com número de vagas de acordo com as demandas apresentadas a partir do conhecimento da realidade local. Estar Conselheiro é lidar com a

contradição permanente superar as relações que fabricam violações de toda ordem, é esse o papel político do Conselho Tutelar, atuar no enfrentamento de problemas estruturais e questões sociais, que estão escondidas atrás das vítimas, ou dos casos registrados nos formulários.

### **Natureza jurídica do Conselho Tutelar**

O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Como órgão permanente, uma vez criado por Lei Municipal e efetivamente implantado, passa a integrar de forma definitiva o quadro das instituições municipais, desenvolve uma ação contínua e ininterrupta, sua ação não deve sofrer solução de continuidade, sob qualquer pretexto, havendo apenas a renovação periódica de seus membros;

A Lei garante a autonomia deste órgão para o regular exercício de suas atribuições, sem estar subordinado às instâncias administrativas, mesmo sendo vinculado ao executivo municipal, tem poder para exercitar de forma ininterrupta o cuidar, o zelar, o atender, estando, no entanto, sujeito ao controle administrativo dos atos de seus integrantes, que são agentes públicos e, como tal, podem ser responsabilizados nas esferas civil, administrativa e criminal tanto por ação quanto por omissão;

É não Jurisdicional porque não pertence ao Poder Judiciário e não exerce as funções a este inerentes, não tendo a função de julgar as pessoas.

Órgão Colegiado. A palavra “Conselho” designa assembleia, e é nesta em que devem ser tomadas as deliberações a respeito de assuntos submetidos à sua apreciação, devendo a atuação do Conselho Tutelar sempre colegiada.

Ser encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, é ser também, um órgão da sociedade que dividirá com o Estado e a família a responsabilidade da execução da política de atendimento social da criança e do adolescente.

### **Autoridade X autoritarismo:**

O Conselho Tutelar (enquanto colegiado) é *autoridade pública* por lei equiparada à figura da autoridade judiciária (a própria lei, quando se refere a situações aplicáveis tanto à autoridade judiciária quanto ao Conselho Tutelar, usa o termo “*autoridade competente*” - como quando se refere à aplicação de medidas de proteção, no art. 101, do ECA, sendo a mesma *infração administrativa* - art. 249, do ECA - o descumprimento de

determinação da autoridade judiciária ou do Conselho Tutelar, e o mesmo *crime* - art. 236, do ECA - impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária ou de membro do Conselho Tutelar no exercício de atribuição prevista em lei).

Isto, no entanto, impinge aos integrantes do órgão uma enorme carga de responsabilidade e, de modo algum, autoriza que estes usem de autoritarismo quer em sua relação com os demais integrantes da “rede de proteção à criança e ao adolescente”, quer para com as famílias atendidas. É fundamental, aliás, que as relações entre todos sejam fundadas no RESPEITO mútuo, devendo imperar o diálogo, com a troca de informações e a orientação acerca dos procedimentos a serem adotados, sempre na busca da solução que - concretamente - atenda aos interesses das crianças e adolescentes, tanto no plano individual quanto coletivo.

### **Ações do dia-a-dia do Conselho Tutelar:**

Para “atender” é necessário saber ouvir, colher toda informação de forma isenta e desprovida de prejulgamentos, rotinas “padronizadas” ou qualquer outro vício que impeça o correto entendimento e encaminhamento do fato atendido.

O membro do Conselho Tutelar NUNCA deve agir só ou de forma isolada, devendo sempre atuar com respaldo tanto no colegiado quanto em informações técnicas fornecidas por outros órgãos integrantes da “rede de proteção à criança e ao adolescente” local, com a qual deverá interagir.

- Atende queixas, reclamações, reivindicações e solicitações feitas pelas crianças, adolescentes, famílias, comunidades e cidadãos.
- O Colegiado decide e aplica as medidas protetivas que entender mais adequadas e convenientes à criança, ao adolescente e a seus pais/responsável (é importante jamais esquecer que o Conselho Tutelar deve também zelar pela proteção da FAMÍLIA - na pessoa de cada um de seus integrantes, tal qual previsto no art. 226, *caput* e §8º, da Constituição Federal).
- Tem o poder de requisitar os serviços públicos necessários à efetivação do atendimento adequado de cada caso.
- Contribui para o planejamento e formulação de políticas e planos municipais de atendimento à criança, ao adolescente e às suas famílias.
- Natureza Pública - É órgão público de natureza pública, mas não é governo.
- Poder Estatal - Ele exerce parcela do Poder Estatal na área que respeita à garantia de direitos, à proteção e à defesa dos direitos da criança e do adolescente.

**Conhecer as formas de violência** é imperativo para que possam desenvolver um bom trabalho na defesa, garantia e zelo pelos direitos Infanto-juvenis. Isto não significa, no entanto, que a apuração de sua efetiva ocorrência compete ao Conselho Tutelar, que precisa articular ações com os órgãos encarregados da investigação policial e do atendimento das vítimas de violência e suas respectivas famílias, inclusive de modo a evitar a chamada “revitimização” (escuta sucessiva das vítimas por pessoas que não possuem a qualificação técnica para tanto). É altamente recomendado, aliás, que os membros do Conselho Tutelar **NÃO SE PROPONHAM A “OUVIR” CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E/OU A “INVESTIGAR” SUPOSTOS CRIMES CONTRA AQUELAS PRATICADOS**, devendo apenas zelar para que isto seja feito - com a rapidez e proficiência devidas - pelos órgãos e profissionais competentes, no âmbito de uma política pública intersetorial específica/especializada, adequadamente planejada/estruturada/executada pelo município.

**A competência do Conselho Tutelar será determinada (arts. 138 c/c 147, do ECA):**

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsável.

## **1. ATRIBUIÇÕES INSTRUMENTAIS**

**Articular**

**Dialogar**

**Requisitar**

**Representar**

**Notificar**

**Encaminhar**

**Fiscalizar**

**Participar**

## **2. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS**

**Atender e aplicar Medidas de proteção à criança, ao adolescente e às suas famílias:** na aplicação dessas medidas tem que se levar em conta às

necessidades pedagógicas que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitário, dentre outros princípios relacionados no artigo 100, *caput* e par. único, do ECA. Importante jamais perder de vista que o Conselho Tutelar é TAMBÉM um órgão de proteção à FAMÍLIA, e esta, seja qual for sua composição, na forma da lei e da Constituição Federal, tem igual direito à proteção por parte do Estado (*lato sensu*), “na pessoa de cada um de seus integrantes”, independentemente da idade ou condição pessoal/social. É preciso também ter em mente que de nada adianta “aplicar medidas” se estas não têm respaldo em programas e serviços idôneos, instituídos no âmbito de uma política pública intersetorial adequadamente planejada e estruturada, razão pela qual a atuação do Conselho Tutelar também no plano “coletivo” é fundamental.

**Promover a execução de suas decisões:** o Conselho Tutelar não é um órgão de execução. Por isso, se necessário (e isto deve, o quanto possível, ser evitado, através do diálogo e do entendimento com os órgãos e agentes que integram a “rede de proteção à criança e ao adolescente” local), tem o poder de requisitar os serviços públicos necessários para o atendimento das crianças, adolescentes e suas famílias.

**Assessorar o poder executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:** partindo do princípio elementar que a adequada estruturação do município em termos de programas e serviços especializados no atendimento de crianças, adolescentes e famílias é verdadeiramente “estratégica” e essencial para o adequado cumprimento das demais atribuições do Conselho Tutelar (e para própria “proteção integral” infanto-juvenil), esta é, sem dúvida a mais importante de todas as atribuições do Conselho Tutelar. A referida assessoria deve ocorrer em três momentos: no processo de discussões e elaboração do ciclo orçamentário, o Conselho Tutelar deve estar atento ao calendário oficial da elaboração do PPA - Plano Plurianual, da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e da LOA - Lei Orçamentária Anual.

**Providenciar a execução das medidas aplicadas pela autoridade judiciária:** providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, incisos I a VI, para o adolescente autor de ato infracional, no sentido do encaminhamento, sempre que necessário, do adolescente e sua família para os programas e serviços correspondentes.



**Fiscalizar:** É atribuição própria do Conselho Tutelar a fiscalização das entidades governamentais e não governamentais que desenvolvem programas de atendimento, se o Conselho Tutelar no ato da fiscalização descobrir irregularidades na execução dos programas, ele pode iniciar um procedimento de apuração judicial e oferecer representação à Justiça da Infância e da Juventude.

Temos, ainda, que o Conselho Tutelar deve estar continuamente atento às necessidades específicas que toda pessoa tem, em especial as crianças e adolescentes, principalmente as vítimas do abandono e da violência, tanto física, como psicológica, em todas as etapas do atendimento.

***“Cuidar não é atribuição exclusiva do conselheiro tutelar, mas ele precisa estar atento no trato do dia-a-dia com outros cuidadores (pais, professores, irmãos mais velhos, tios, avós, etc.). É importante ter a sensibilidade para perceber quando não existe amor, pois de tudo que amamos, também cuidamos, e quando cuidamos, amamos. Quem cuida se responsabiliza e se compadece.”<sup>2</sup>***

## **MEDIDAS DE PROTEÇÃO**

Situações em que crianças ou adolescentes têm os seus direitos ameaçados ou violados por terceiros. Nesses casos, cabe a aplicação de medidas de proteção pelo Conselho Tutelar.

Situações em que crianças ou adolescentes, por iniciativa própria ou por influência de terceiros, adotam uma conduta que viola seus próprios direitos ou direitos dos outros.

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

No caso de prática de ato infracional, há dois encaminhamentos diferentes:

**1.** Quando se tratar de ato infracional cometido por criança (pessoa com até 12 anos incompletos) as medidas de proteção são sempre aplicadas pelo Conselho Tutelar. Em outras palavras, para as crianças, as únicas medidas que cabem são as medidas de proteção (arts. 105 e 101, do ECA).

---

<sup>2</sup> CARVALHO, Pedro Caetano de, in O CONSELHEIRO TUTELAR E A ÉTICA DO CUIDADO, publicado in “A ÉTICA DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR. Sua efetividade no cotidiano dos Tribunais”, Ed. Forense, RJ, p. 361-394.

**OBS:** Isto não significa que cabe ao Conselho Tutelar “apurar” o ato infracional atribuído à criança, apreender armas, drogas ou o produto da infração (tarefas que incumbem à Polícia Civil, com a qual o Conselho Tutelar deverá articular ações e definir “fluxos” para o atendimento de tais casos);

**2.** Se o ato infracional for cometido por adolescentes (pessoa entre 12 e 18 anos), compete à Justiça da Infância e da Juventude aplicar as medidas cabíveis, isto é, medidas socioeducativas (art. 112, do ECA).

Em todos os casos, o Conselho Tutelar deve acompanhar a execução de tais medidas por parte dos órgãos, programas e serviços correspondentes, zelando por sua “qualidade e eficácia” (cf. art. 90, §3º, do ECA), inclusive através de gestões junto ao CMDCA, Ministério Público e Poder Judiciário. Afinal, de nada adianta “aplicar a medida” se esta não é executada de forma adequada, por profissionais qualificados, a partir de um plano de ação previamente definido, no âmbito de uma política pública mais abrangente, que inclua mecanismos de prevenção e atuação junto aos pais/responsáveis.

**O Conselho Tutelar e a atribuição de representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar:** O Conselho Tutelar é responsável pela verificação de abuso ou omissão, por isso ele tem o dever legal de provocar a atuação do Ministério Público toda vez que entender, no caso concreto, que existem as causas. Para chegar a tal conclusão, no entanto, deve se basear em informações técnicas fornecidas por equipe interprofissional, sendo necessário submeter o caso à discussão e decisão do colegiado, após análise crítica das providências tomadas em prol da família (que na forma do art. 226, *caput* e §8º, da Constituição Federal), também tem o direito de receber proteção por parte do Estado (*lato sensu*), justamente na perspectiva de evitar o rompimento do vínculo familiar (arts. 19, *caput* e §3º; 23 e 100, *caput* e par. único, incisos IX e X, do ECA). Situação análoga deve ocorrer sempre que o Conselho Tutelar (agindo de forma colegiada) entender necessário o afastamento de criança/adolescente do convívio familiar, medida que somente pode ser tomada pela autoridade judiciária (art. 136, par. único, do ECA).

O artigo 194 do ECA determina que o Conselho Tutelar deve oferecer a representação à autoridade judiciária competente quando alguém comete uma infração administrativa.

O artigo 136 Inciso IV do ECA, por sua vez, estabelece que o Conselho Tutelar deve encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente.

### **O Conselho Tutelar também é:**

- Vinculado administrativamente (sem subordinação) ao Município, o que ressalta a importância de uma relação ética e responsável com toda administração municipal e a necessidade de cooperação técnica com as secretarias, departamentos e programas da prefeitura voltados para a criança e o adolescente;
- Subordinado às diretrizes da política municipal de atendimento à criança e ao adolescente. Como agente público, o conselheiro tutelar tem a obrigação de respeitar e seguir com zelo as diretrizes emanadas da comunidade que o elegeu;
- Fiscalizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pela Justiça da Infância e da Juventude, pelo Ministério Público, pelas entidades civis que trabalham com a população infanto-juvenil e, principalmente, pelos cidadãos, que devem zelar pelo seu bom funcionamento correta execução de suas atribuições legais.

**Art. 134.** *Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros...*

## **Parte I**

### **Procedimentos Administrativos**

#### **Horário de atendimento<sup>3</sup>:**

O atendimento ao público será de segunda à sexta-feira das 08:30 ao 12:00hs e das 13:30 às 18:00hs.

No período compreendido entre as 18:00 e 08:30hs, os sábados, domingos e feriados as atribuições do Conselho Tutelar serão desempenhas em regime de plantão.

#### **✓ Atendimento:**

---

<sup>3</sup> Cada município possui um horário de atendimento definido pela Lei Municipal relativa ao Conselho Tutelar.

O Conselho Tutelar funcionará com 05 Conselheiros na sede do Conselho, conforme Regimento Interno, sem prejuízo da realização de diligências e outras atividades externas, que deverão ser devidamente registradas e justificadas, para fins de controle pelos órgãos de fiscalização.

✓ **Escala de Plantão:**

No período das 18:00 às 08:30 hs, sábados, domingos e feriados, um membro do Conselho Tutelar permanecerá em regime de plantão domiciliar, mediante escala de serviços divulgada semestralmente. Para tanto, será fornecido um telefone celular ao Conselheiro de plantão em cada Conselho Tutelar. O atendimento se dará quando da ocorrência de ameaça ou violação de direitos infanto-juvenis, nas hipóteses previstas no ECA, sem prejuízo do acionamento dos serviços que julgar necessários (que deverão funcionar em regime de plantão ou sobreaviso), de acordo com as especificidades de cada caso.

**Reuniões:**

✓ **Do Colegiado:**

As reuniões do colegiado serão realizadas fora do horário normal de expediente, ao menos uma vez por semana, às quartas-feiras, sem prejuízo da realização de tantas outras quantas se fizerem necessárias para atender das demandas que surgirem.

Nas reuniões do colegiado serão analisados os casos atendidos individualmente pelos Conselheiros, assim como definidas, por maioria de votos, as medidas a serem aplicadas e encaminhamentos a serem efetuados, dentre outras intervenções que se entenda necessárias, sobretudo junto ao Poder Público e/ou às entidades de atendimento.

As decisões serão tomadas por maioria de votos, devendo ser devidamente fundamentadas, podendo para ser tanto ser solicitada a intervenção de profissional ou equipe técnica do município.

O acionamento do Conselheiro de Plantão, em situações consideradas emergenciais, não dispensa a necessidade de submeter o caso à análise do colegiado, assim como de obter as informações técnicas à tomada de uma decisão correta e responsável.

A necessidade de agir com rapidez não significa que se deva agir com precipitação, especialmente sem o devido embasamento técnico, pois isto pode causar à criança/adolescente atendida prejuízos maiores do que o já sofrido ou que se pretende evitar.

✓ **De Presidentes/Coordenadores Administrativos:**

Os Presidentes/Coordenadores Administrativos dos Conselhos Tutelares se reunirão ordinariamente todas as primeiras terças-feiras de cada mês e, quando necessário, em caráter extraordinário, também fora do horário normal de expediente do Conselho Tutelar.

Estas reuniões são essenciais para assegurar a unidade de atuação entre todos os colegiados, assim como para definir “estratégias” e “metas” de atuação institucional para o Conselho como um todo, especialmente no que diz respeito ao plano COLETIVO.

✓ **Com a Assessoria Técnica:**

A reunião entre o Conselho Tutelar e a Assessoria Técnica poderá acontecer sempre que se fizer necessário, sendo conveniente sua presença quando da realização das reuniões do colegiado.

**Conforme Regimento Interno do Conselho Tutelar:**

**Utilização do Veículo:**

O veículo deverá ser utilizado pelos membros do Conselho Tutelar de acordo com a necessidade diária, obedecendo escala interna e mediante registro da diligência ou atividade desenvolvida.

**Rotina Administrativa:**

✓ **Relatório Estatístico SIPIA:**

Deverão ser extraídos trimestralmente os relatórios do Sistema SIPIA-WEB e enviados ao CMDCA e aos órgãos públicos encarregados da execução da política de atendimento à criança e ao adolescente no município, juntamente com informações adicionais que apontem a necessidade de implementação/adequação de programas e serviços especializados.

**Impressos utilizados em atendimento:**

✓ **Guia de acolhimento:**

A expedição da Guia de acolhimento prevista no art. 101, §3º, da Lei nº 8.069/90 é de competência exclusiva da Vara da Infância, em duas vias devidamente numeradas, ficando uma cópia na Instituição e outra no Conselho Tutelar.

Importante destacar que, quando a criança/adolescente estiver inserida no contexto familiar, seu acolhimento somente pode ser efetuado após decisão judicial que determine o afastamento, tomada em processo contencioso, proposto pelo Ministério Público ou outro legitimado.

O Conselho Tutelar somente pode promover o acolhimento institucional de crianças/adolescente que se encontrem FORA do convívio familiar (como no caso de crianças perdidas ou cujo paradeiro dos pais ou responsável legal é desconhecido). Do contrário, deve proceder na forma prevista pelo art. 136, par. único, do ECA.

✓ **Termo de entrega:**

Será preenchido em duas vias, quando uma criança/adolescente for entregue aos pais ou responsável, que deverão assiná-lo. Uma cópia do documento fica com o responsável e outra deverá ficar anexado no arquivo do Conselho Tutelar.

✓ **Notificação:**

Deverá ser preenchida em duas vias: a original para o notificado e a cópia devidamente assinada pelo notificado no arquivo do conselho.

✓ **Ofícios de Requisição de 2ª Via de Certidão de Nascimento e 2ª Via de Atestado de óbito:**

Deverão ser preenchidos em 02 (duas) vias, sendo a 1ª Via para o Cartório e a outra deverá permanecer no arquivo do Conselho.

✓ **Representação Administrativa conforme art. 249, do ECA:**

Deverá ser preenchida em 02 (duas) vias, devendo a 1ª Via ser protocolada no Ministério Público e a outra arquivada no Conselho.

Vale lembrar que o Conselho Tutelar tem legitimidade para, em nome próprio, oferecer representação em Juízo, quando da prática de toda e qualquer infração administrativa contra crianças e adolescentes (art. 194, do ECA).

### ✓ **Requisição de serviços:**

Deverá ser preenchida em 02 (duas) vias. A primeira via para o órgão requisitado, a segunda via devidamente protocolada, será arquivada no Conselho.

Antes da expedição da requisição deve ser sempre tentado o diálogo com o órgão requisitado e, caso persista a negativa de atendimento, deve ser efetuado o registro dos motivos invocados para tanto, assim como identificados e nominados os agentes contatados.

Importante lembrar que, enquanto os ENCAMINHAMENTOS podem ser efetuados diretamente aos programas e serviços que integram a “rede de proteção à criança e ao adolescente” local, as REQUISIÇÕES devem ser dirigidas ao GESTOR (Secretário ou Chefe de Departamento Municipal) responsável pela área respectiva.

Vale também lembrar que o descumprimento imotivado de uma REQUISIÇÃO regularmente expedida pelo Conselho Tutelar (enquanto colegiado) importa, em tese, na prática da INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA tipificada no art. 249, do ECA, tendo o próprio Conselho Tutelar legitimidade para instauração do procedimento judicial respectivo (art. 194, do ECA).

### ✓ **Declaração de Comparecimento:**

Deverá ser preenchida em 02 (duas) vias, que será fornecida ao responsável como comprovante de comparecimento no Conselho Tutelar.

### ✓ **Registro SIPIA WEB:**

É obrigatório o registro no SIPIA-WEB de todos os atendimentos no Conselho Tutelar, sem prejuízo do preenchimento de prontuários individuais e outros documentos a serem arquivados (em formato “físico”) no Conselho Tutelar.

### **Comissões:**

Comparecer e participar nas reuniões temáticas da Comissão em que pertence, bem como nas Assembleias Gerais, ordinárias e extraordinárias. Na impossibilidade do comparecimento do titular, o mesmo deverá ser representado por outro membro do colegiado, exceto na Comissão de Ética.

## **Notificações Obrigatórias:**

Todas as notificações obrigatórias protocoladas no Conselho Tutelar deverão ser cadastradas no SIPIA-WEB e realizadas as devidas averiguações pertinentes.

## **Disque 100:**

Todas as denúncias recebidas no Conselho Tutelar deverão ser cadastradas no SIPIA-WEB e realizadas as averiguações pertinentes, com o suporte da “rede de proteção” à criança e ao adolescente local.

## **Parte II**

### **PROCEDIMENTOS/FLUXOS DE ATENDIMENTO**

Serão aqui definidos alguns procedimentos básicos a serem adotados pelo Conselho Tutelar quando do atendimento de determinadas demandas, que se encontram devidamente inseridos em fluxos de atendimento previamente ajustados com os demais órgãos, programas e serviços que compõem a “rede de proteção à criança e ao adolescente” local.

Importante destacar a importância do permanente monitoramento e avaliação da eficácia dos fluxos de atendimento, de modo a evitar falhas, omissões e/ou entraves burocráticos que retardem, prejudiquem ou mesmo inviabilizem a solução do problema detectado, objetivo comum a todos integrantes da “rede”.

Vale lembrar que o Conselho Tutelar não é um órgão “técnico”, mas sua intervenção deve ser baseada em informações técnicas obtidas junto aos órgãos e agentes corresponsáveis pelo atendimento de crianças, adolescentes e famílias com atuação no município.

É preciso também deixar claro que a atuação do Poder Público no sentido da “proteção integral e prioritária” de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias INDEPENDENTE da intervenção do Conselho Tutelar e/ou da aplicação de qualquer “medida” por parte deste órgão, sendo necessário que os órgãos públicos corresponsáveis pelo atendimento destas demandas planejem ações (inclusive de prevenção) e estejam



devidamente preparados para, de forma espontânea e prioritária, tomar as providências necessárias para plena efetivação dos direitos fundamentais infanto-juvenis previstos na lei e na Constituição Federal.

Cabe ao Conselho Tutelar, antes de mais nada, zelar para instituição e permanente revisão dos citados fluxos, assim como para adequação e eventual criação de programas e serviços especializados no atendimento das mais diversas demandas que afligem crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, devendo-se em qualquer caso observar o disposto nos arts. 1º; 4º, *caput* e par. único e 100, *caput* e par. único, do ECA, além das normas técnicas aplicáveis a cada caso.

Em qualquer caso, devem ser avaliadas as CAUSAS determinantes da suposta violação de direitos, tanto no que diz respeito a questões relacionadas à criança/adolescente/família atendida quanto em relação à atuação do Poder Público de uma forma mais abrangente, sendo certo que esta deve ocorrer de forma interdisciplinar, a partir de um “diagnóstico” criterioso (e individualizado) de cada caso, com o planejamento e a execução das ações correspondentes por meio de profissionais qualificados, tendo compromisso com o resultado.

## **1 - DIREITOS FUNDAMENTAIS**

### **• VIDA E SAÚDE**

- ✓ **Não oferecimento ou oferta irregular de atendimento médico:** O não oferecimento ou a oferta irregular de atendimento médico-odontológico provoca danos à vida e à saúde da criança ou adolescente, podendo se dar de várias maneiras, que devem ser identificadas com precisão;
- ✓ **Falta ou deficiência de Atendimento Peri e Pré-Natal:** Constitui-se no não atendimento ou o atendimento inadequado à gestante, seja durante a gravidez, durante o parto, ou por um período após o parto (art. 8º, do ECA);
- ✓ Quando a gestante que não faz o Pré-Natal e faz uso de substância psicoativa.

**OBS: A unidade de saúde local deverá promover a busca ativa da gestante e notificar ao Conselho Tutelar.**

Importante destacar que os protocolos e procedimentos a serem adotados nas abordagens e intervenções realizadas em tais casos são protocolos e procedimentos MÉDICOS, e independem do Conselho Tutelar (ou de qualquer outra autoridade) para serem desencadeados.

Em qualquer caso, devem ser acompanhados da devida orientação da criança/adolescente e seus pais/responsável (art. 100, par. único, inciso XI, do ECA) que, se necessário, podem ser efetuadas por outros órgãos, serviços e/ou profissionais da “rede de proteção” local (como psicólogos e assistentes sociais que atuem junto aos CREAS ou CAPs), cuja intervenção deve ser previamente ajustada e demandada diretamente pelos profissionais de saúde que atuam no caso (em outras palavras, NÃO É NECESSÁRIO que o acionamento de tais profissionais, quando recomendado, seja efetuado VIA Conselho Tutelar).

A partir do diálogo com os equipamentos e profissionais de saúde, deve o Conselho Tutelar buscar tanto a adequada estruturação dos serviços, de modo que, nos atendimentos, seja observado o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente (dentre outros relacionados no art. 100, *caput* e par. único, do ECA), quanto informações acerca dos referidos protocolos médicos adotados em cada caso (que, se for o caso, devem ser instituídos/reformulados), evitando assim encaminhamentos indevidos/equivocados.

✓ **Recusa de atendimento médico por razões Filos/Ideol/Rel:**

Aplica-se aos casos em que a criança ou adolescente não recebe o tratamento ou a cirurgia necessária para restabelecer sua saúde ou até mesmo para salvar sua vida, em razão de convicções filosóficas, ideológicas ou religiosas de seus pais ou responsável (por exemplo, quando crianças ou adolescentes são impedidos de receber transfusão de sangue, até mesmo em casos de risco de vida, em razão de restrições religiosas por parte dos pais ou responsável legal);

Neste caso, deve-se primeiro notificar os pais para orientações com advertência e termo de responsabilidade para cumprimento de medida a qual foi especificamente advertida.

Se necessário, encaminhá-los a programas específicos de orientação (art. 129, inciso IV, do ECA);

Diante do não cumprimento, representar os pais ou responsáveis perante a autoridade judiciária, por infração ao disposto no art. 249, do ECA (art. 194, do ECA). A depender da gravidade da situação, representar também ao Ministério Público;

- ✓ **Falta de atendimento emergencial:** Trata-se do não atendimento em casos de emergência, quando o socorro à criança ou adolescente tem que ser prestado imediatamente para não comprometer sua saúde e, até mesmo, sua vida. Trata-se dos casos em que, não se prestando logo o atendimento, leva-se a criança ou o adolescente a passar por sofrimentos evitáveis, ficar com sequelas ou até mesmo perder a vida (art. 11, do ECA);

**OBS:** Neste caso, esgotadas as intervenções junto à “rede” local, encaminhar ao Ministério Público, com pedido de urgência, com pedido de instauração de procedimento investigatório policial em razão da prática, em tese, do crime de omissão de socorro;

- ✓ **Falta de Atendimento especializado:** Ocorre quando a criança ou o adolescente não recebeu o tratamento específico necessário para o seu caso, por falta de médico especialista ou por falta de hospital especializado (art. 11, do ECA);
- ✓ **Falta de acompanhamento médico de rotina:** Ocorre quando a criança ou o adolescente recebeu um primeiro atendimento, mas não houve a continuidade deste, ou, mesmo havendo continuidade, num momento qualquer houve interrupção prejudicial. Pode aplicar-se também aos casos em que um primeiro profissional atende à criança ou ao adolescente e depois o encaminha a outro profissional, para exames ou outros procedimentos, sem informar devidamente sobre as condições do paciente e o tratamento a que foi submetido, podendo ocorrer superposição de medicamentos ou orientações que prejudiquem a saúde do paciente (art. 11, do ECA);

- ✓ **Falta de acompanhamento odontológico de rotina:** Refere-se ao não atendimento à criança ou ao adolescente que necessita de restaurações nos dentes (tais como obturações, tratamento de canal) ou até mesmo de simples profilaxia (limpeza) e cuidados para a prevenção de cáries, como aplicação de flúor (art. 14, do ECA);
- ✓ **Falta de equipamentos:** Ocorre quando a criança ou o adolescente não recebeu o tratamento ou cirurgia que necessitava, por não existir ou por não estar disponível o equipamento necessário (art. 11, do ECA). Os equipamentos podem ser: aparelhos para exames (de laboratório ou radiografias, endoscopias, ultrassonografias, entre outros), aparelhos para cirurgias, aparelhos corretivos e de fisioterapia, assim como quaisquer outros equipamentos de habilitação ou reabilitação; materiais, desde os mais simples, como seringas, gazes e medicamentos, até os mais complexos, como os usados em cirurgias e próteses; outros recursos, alguns exemplos são: sangue para transfusão, leito especial para pacientes queimados, isolamento protetor para os que não podem expor-se a contaminação e dieta especial de acordo com a situação do paciente;
- ✓ **Falta de vacinação:** Refere-se aos casos em que a criança ou o adolescente contraiu doença ou está vulnerável à sua contração, por não haver vacina disponível nos postos de saúde pública. Aplica-se também aos casos relativos às vacinas que são tomadas eventualmente, em caso de necessidade, como a antirrábica (para quem sofreu mordedura de cães) ou antiofídica (para quem sofreu mordedura de cobra), entre outras. Aplica-se ainda em situações de epidemia (no caso, por exemplo, de comunidades expostas à malária, ao tifo ou à cólera, as vacinas contra estas doenças deverão estar disponíveis em postos públicos) - art. 14, do ECA;
- ✓ **Recusa de atendimento:** Aplica-se aos casos em que o profissional ou a instituição (hospital, ambulatório, posto de saúde, laboratório) tenha se recusado a atender à criança ou ao adolescente (art. 11, do ECA);
- ✓ **Falta de leitos para internação hospitalar:** Aplica-se aos casos em que o atendimento médico não ocorreu ou o paciente teve que

ficar aguardando, por não haver leito disponível no hospital (art. 11, do ECA);

- ✓ **Atendimento médico deficiente:** O não atendimento médico-odontológico provoca danos à vida e à saúde da criança ou adolescente, podendo se dar de várias maneiras, que devem ser identificadas com precisão;
- ✓ **Cirurgias desnecessárias:** Trata-se dos casos em que, por descuido, incorreção ou precipitação do profissional - às vezes até mesmo por ganância - são feitas cirurgias que poderiam ter sido evitadas com o tratamento adequado;
- ✓ **Danos cirúrgicos:** Aplica-se aos casos em que, por imperícia médica ou falta do equipamento adequado, a criança ou adolescente adquire sequelas originadas de cirurgia incorreta ou de erros na aplicação de anestesia ou, ainda, por falhas no pós-operatório;
- ✓ **Esterilização de adolescente:** Aplica-se aos casos em que o adolescente sofre esterilização cirúrgica (por exemplo, teve as trompas ligadas), com ou sem o seu consentimento;
- ✓ **Intoxicação de medicamentos:** Aplica-se aos casos em que a criança ou o adolescente tenha sido intoxicado por medicação aplicada diretamente pelo médico (ou corpo de enfermagem) ou por medicação auto-aplicada ou aplicada por familiares, mas prescrita pelo médico;
- ✓ **Interrupção de tratamento:** Trata-se dos casos em que o tratamento é interrompido antes que se dê a cura;
- ✓ **Diagnóstico incorreto:** Aplica-se aos casos em que a criança ou adolescente recebe tratamento incorreto ou é submetido a cirurgia inadequada por erro no diagnóstico médico;
- ✓ **Tratamento incorreto:** Aplica-se aos casos em que a criança ou adolescente recebeu o diagnóstico correto, mas teve tratamento inadequado, por falha do próprio médico ou corpo de enfermagem, ou por erros decorrentes de equipamento com defeito ou inadequado;
- ✓ **Falta de medicamento:** Trata-se dos casos em que a criança ou adolescente recebeu atendimento médico, mas este foi deficiente por falta de medicamento adequado. Pode ocorrer tanto em

situação cirúrgica quanto clínica, estando o paciente hospitalizado ou não;

- ✓ **Falta de precedência no atendimento à criança e adolescente:** O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece para este segmento o caráter de absoluta prioridade. Assim, é entendido como violação de direito o não atendimento prioritário de crianças e adolescentes em ambulatórios, hospitais, consultórios médicos, postos de saúde, postos de vacinação, laboratórios, centros de radiografias, consultórios odontológicos e salas de fisioterapia, entre outros;
- ✓ **Falta de orientação aos pais no tratamento a criança e adolescente:** Aplica-se aos casos em que a criança tenha sofrido danos em sua saúde ou até perdido a vida por não ter recebido o tratamento adequado por parte dos pais porque estes não foram devidamente instruídos pelo médico (por exemplo, quando a criança ou adolescente recebe a dosagem errada do remédio ou deixa de receber algum cuidado - uso de aparelhos simples ou alimentação especial, entre outros - porque os pais não estavam orientados a respeito);
- ✓ **Negligência no atendimento:** Ocorre quando há descuido grave no atendimento, exame apressado, falta de atenção aos sintomas por parte do médico ou descuido por parte do corpo de enfermagem em casos de hospitalização, seja na dosagem da medicação, no uso de instrumentos, seja quanto à alimentação prescrita para o paciente; Encaminhar conforme o art. 136, incisos IV e V, do ECA. Todas as questões remetem-se o que estabelece o ECA. Assim, sendo o atendimento médico deficiente, deverá ser oficiado aos órgãos competentes para que tomem as medidas cabíveis. O Conselho Tutelar deverá acompanhar o caso para garantir que o direito da criança/adolescente seja efetivado;
- ✓ **Extrações odontológicas desnecessárias:** Aplica-se aos casos em que os dentes da criança ou adolescente são extraídos quando poderiam perfeitamente ser restaurado com obturações, blocos, tratamento de canal, entre outros procedimentos; esgotando as medidas devemos representar conforme o Estatuto da Criança e Adolescente preconiza em seu art. 136;

- ✓ **Prejuízo pela ação ou omissão do de Agentes externos:** São danos causados à vida e à saúde de crianças ou adolescentes pela ação ou omissão de agentes externos institucionais ou não, familiares ou não;
- ✓ **Omissão de socorro a criança e adolescente:** Aplica-se aos casos em que não houve atendimento à criança ou adolescente doente, acidentado ou que está sendo vítima de maus-tratos, seja por parte de instituições (hospital, ambulatório, entre outras), seja por sua própria família, vizinho, professor, transeunte etc.;
- ✓ **Falta de Registro e/ou Denúncia de maus tratos:** O Estatuto estabelece que as instituições (escola, hospital, ambulatório etc.) e profissionais (professores, médicos, dentistas, entre outros) estão obrigados a informar sobre maus-tratos e violências impingidas a crianças ou adolescentes. Aplica-se no caso de omissão do registro ou de seu ocultamento (arts. 13 e 13-A, do ECA);
- ✓ **Falta de notificação de doenças infecto-contagiosas:** É obrigatória a comunicação da presença de vítima de doença infecto-contagiosa, seja em estabelecimento público, seja em estabelecimento privado. A omissão desta informação constitui, assim uma violação à Lei que pode, em tese, caracterizar o crime do art. 269, do Código Penal. Esta variável será assinalada no caso, por exemplo, de uma criança infecto-contagiosa (na escola, no clube) porque foi omitida a ocorrência de doença infecto-contagiosa no local, anteriormente. A omissão terá impedido as providências necessárias e exposto outras crianças e jovens à doença;
- ✓ **Falta de saneamento básico:** Aplica-se aos casos em que criança ou adolescentes tiveram danos à saúde e à vida por estarem expostos a situações insalubres e perigosas, como ao uso de água não potável, ambientes contaminados e poluídos, por falta de rede de esgotos ou outros serviços. Aplica-se, também, aos casos de epidemias provenientes de condições insalubres não resolvidas pela saúde pública (surto de dengue, cólera, tifo, por exemplo). Estão neste caso, ainda, as verminoses causadas pelo

uso de água contaminada ou pela presença de esgoto a céu aberto;

- ✓ **Intoxicação na gravidez por razões externas:** Aplica-se aos casos em que a mulher grávida tenha danos involuntários à sua saúde e à sua vida e, por conseguinte, à saúde e à vida de seu bebê, devidos à contaminação por agrotóxico ou por poluição, no ambiente de trabalho, de moradia ou qualquer outro;
- ✓ **Falta de Programas de educação sanitária:** Aplica-se aos casos em que a criança ou o adolescente se torna vítima de uma série de danos evitáveis à sua saúde e à sua vida por falta de informações aos pais, sobre programas e campanhas sanitárias, que caberia à saúde pública oferecer (art. 14, do ECA);

**Procedimento do Conselho Tutelar em todos os casos acima relacionados:**

- 1 Buscar informações sobre a RAZÃO do não atendimento ou atendimento deficitário;**
- 2 Gestionar no sentido da efetivação do atendimento, com a prioridade absoluta preconizada pela Lei e pela Constituição Federal (art. 4º, *caput* e par. único, alínea “b” do ECA e art. 227, *caput*, da CF);**
- 3 Requisitar o Serviço Público necessário na área de saúde, junto ao gestor público competente;**
- 4 Em caso de não atendimento representar junto à autoridade judiciária por infração ao disposto no art. 249, do ECA e ao Ministério Público, para fins do disposto no art. 201, do ECA.**

**OBS:** Antes de encaminhar o caso ao Ministério Público, deve-se esgotar os meios de solução do caso por vias alternativas (vide o princípio da intervenção mínima, relacionado no art. 100, par. único, inciso VII, do ECA), assim como analisar qual a Promotoria de Justiça competente (com atribuição em matéria de infância e juventude, saúde e/ou criminal).

**Práticas hospitalares e Ambulatórias irregulares:** Tratam-se de ações ou omissões por parte de hospitais e ambulatórios no que se refere a direitos



de registro, de identificação e de acompanhamento. Em tais casos, deve ser acionada a Promotoria com atuação em matéria de saúde, sem prejuízo do envio de cópia à Promotoria da infância e juventude.

- ✓ **Proibição de Permanência dos pais ou responsável em caso de internação:** Aplica-se aos casos em que os pais ou responsável foram impedidos de ficar ao lado da criança ou adolescente internado por razões de tratamento ou cirurgia (art. 12, do ECA);
- ✓ **Falta de alojamento conjunto no nascimento:** Aplica-se aos casos em que a mãe foi impedida de ter o bebê ao seu lado (art. 10, inciso V, do ECA);
- ✓ **Inexistência ou não preenchimento de formulário:** Aplica-se aos casos em que não existe ou não foi encontrado, em hospitais e ambulatorios, o prontuário relativo à criança ou adolescente, e aos casos em que seu preenchimento foi feito incorretamente ou de modo incompleto (art. 10, inciso IV, do ECA);
- ✓ **Não fornecimento de declaração de nascimento:** Aplica-se aos casos em que não foi entregue a declaração de nascimento de criança à sua mãe ou em que o fornecimento desta foi dificultado (art. 10, inciso IV, do ECA);  
Neste caso, deve-se requisitar a segunda-via da Declaração de Nascido Vivo (DNV) junto ao hospital/maternidade ou na ouvidoria da Secretaria Municipal da Saúde, sendo que, no caso de não atendimento à requisição, deve-se representar à autoridade judiciária, por infração ao disposto no art. 249, do ECA (art. 194, do ECA) e acionar o Ministério Público, conforme Art. 136, inciso IV, do ECA;
- ✓ **Não identificação do recém-nascido ou de sua mãe:** Aplica-se aos casos em que deixou de ser feita a impressão plantar e digital da criança (impressão do pé e dos dedos da criança) e a impressão digital da mãe, as quais servem para identificá-los (art. 10, inciso II, do ECA). Esta forma de identificação é obrigatória, pelo Estatuto, "*sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente*"; Encaminhar ao Ministério Público conforme art. 136, inciso IV, do ECA.

**Irregularidade na Garantia da alimentação:** São as ações ou omissões do Estado ou da sociedade que acarretam riscos ou danos à criança ou ao adolescente, por falta de alimentação e nutrição ou por suas más condições.

**OBS:** Em todos os casos deve ser acionada a “rede de proteção à criança e ao adolescente” local, com o encaminhamento das crianças/adolescentes/famílias que necessitem aos órgãos públicos corresponsáveis pelo atendimento. Em caso de recusa indevida de atendimento, representar na forma do disposto nos arts. 194 c/c 249, do ECA e acionar o Ministério Público.

- ✓ **Doenças decorrentes da nutrição deficiente da mãe:** Cabem aqui os casos em que a criança nasce com doenças ou deficiências graves de formação devido à alimentação insuficiente ou inadequada de sua mãe, por falta de recursos para alimentar-se adequadamente (art. 8º, §3º, do ECA);
- ✓ **Falta de condições para aleitamento (mães trabalhadoras):** Aplica-se aos casos em que a mãe fica impedida de amamentar o filho por não poder leva-lo consigo para o trabalho - por falta de creche - e tampouco recebe a dispensa, dentro do horário de trabalho, para ir em casa alimentá-lo, nas cidades de pequeno porte, onde as distâncias menores oferecem esta possibilidade (art. 9º, do ECA);  
**OBS:** Neste caso específico, deve ser acionado o Ministério Público do Trabalho - MPT;
- ✓ **Falta de condições para aleitamento (mães presidiárias):** Aplica-se aos casos em que as mães presidiárias ficam impedidas de alimentar seus filhos pelo fato de as prisões não permitirem ou não oferecerem condições mínimas para que tenha o filho consigo (art. 9º, do ECA);
- ✓ **Falta de programa de complementação alimentar para criança:** O Estatuto estabelece a efetivação de programas de complementação alimentar para crianças. Esta variável se aplica aos casos em que esta complementação é negada ou se dá de modo insuficiente;

- ✓ **Falta de programa de complementação alimentação para gestante/nutriz:** O Estatuto também estabelece complementação alimentar para a mulher grávida e para a mãe que estiver amamentando (art. 8º, § 3º, do ECA). Esta variável aplica-se aos casos em que a mulher grávida ou a mãe em fase de aleitamento não obtém essa complementação. Cabem aqui, também, os casos em que as presidiárias recebam alimentação insatisfatória, prejudicando o aleitamento;

**OBS: Todo encaminhamento deve estar munido de documentação (laudo médico, prontuário médico etc.).**

## • **CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Os crimes contra crianças e adolescentes estão previstos tanto no próprio ECA quanto no Código Penal e em outras Leis.

É importante lembrar que o Conselho Tutelar não é um órgão de segurança pública, não lhe cabendo a “apuração” de crimes contra crianças e adolescentes, tarefa que incumbe, fundamentalmente, às Polícias Civil e Federal.

É importante, no entanto, definir “fluxos” e “protocolos” de atendimento com os órgãos policiais, assim como com a “rede de proteção” à criança e ao adolescente local, de modo que os casos suspeitos sejam prontamente encaminhados e apurados, observando-se o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente (que na forma do art. 4º, par. único, alínea “b”, do ECA, importa na “precedência de atendimento” por parte de todos os órgãos e serviços públicos - incluindo aqueles encarregados do atendimento de vítimas de violência).

Deve-se evitar, sobretudo, a escuta desqualificada de crianças e adolescentes vítimas, por parte de órgãos/agentes distintos, o que acarreta a chamada “revitimização”.

Os próprios membros do Conselho Tutelar devem evitar ouvir crianças e adolescentes supostamente vítimas de violência, zelando para que sua escuta seja efetuada pelos órgãos técnicos competentes, com observância das cautelas recomendadas (na página do CAOPCAE/PR na *internet* há material que pode ser utilizado para tanto).

Na falta de um serviço especializado na escuta (e subsequente atendimento) de crianças e adolescentes vítimas de violência, cabe ao Conselho Tutelar, a partir de gestões junto ao CMDCA/Poder Público local (assim como o Ministério Público), buscar sua devida estruturação, vez que se trata de um equipamento essencial para o atendimento de casos semelhantes, que infelizmente são bastante comuns.

**Atos atentatórios a vida:** São as ações deliberadas que atentam contra a vida de crianças e adolescentes. Aplica-se aos casos em que, por ato da própria vontade, mata-se ou tenta-se matar crianças ou adolescentes.

**OBS:** Todos estes casos devem ser encaminhados à Promotoria de Crimes Contra Crianças e Adolescentes (art. 136, inciso IV, do ECA), sem prejuízo do acionamento direto da Polícia Militar (em caso de flagrante) e da “rede de proteção” local, para a realização do atendimento “protetivo” que se fizer necessário.

- ✓ **Homicídio:** Cabem aqui os casos de crianças e adolescentes assassinados com ou sem testemunhas;
  - ✓ **Tentativa de homicídio:** Casos de criança ou adolescentes que foram vítimas de tentativas de assassinato, com ou sem testemunhas e com ou sem sequelas;
  - ✓ **Cirurgias com fins ilícitos:** Cabem aqui, entre outras, as operações realizadas com o objetivo de venda de órgãos e emasculação, entre outras;
  - ✓ **Dependência química:** Entendida como o consumo de substância (química ou não, tipo drogas, álcool etc.) que possuir a capacidade de alterar o estado de consciência, modificar o comportamento e por em risco a integridade física;
- **Liberdade, respeito, dignidade (Lei nº 8.069, Livro I, Título II - Capítulo II - arts. 15 a 18):**

**Aprisionamento:** Cabem aqui os atos que impedem a liberdade de ir, vir e estar e provocam constrangimentos ou violências, praticados por família, instituições ou pessoas físicas (art. 16, do ECA).

**OBS:** Todos esses casos devem ser encaminhados ao NUCRIA/SICRIDE e Delegacias de Polícia competentes, sem prejuízo do acionamento direto da Polícia Militar (em caso de flagrante) e da “rede de proteção” local, para a realização do atendimento “protetivo” que se fizer necessário.

- ✓ **Confinamento de qualquer espécie:** Refere-se a situações de confinamento familiar ou em casa de patrões (em quartos, sótãos, porões), estando as crianças ou adolescentes amarrados ou não;
- ✓ **Sequestro:** Ocorre quando crianças ou adolescentes são confinados por terceiros com objetivo de extorsão de dinheiro dos pais, para obter delações, por vingança, ou por qualquer outro motivo;
- ✓ **Detenção ilegal temporária:** Aplica-se aos casos de detenção de crianças ou adolescentes por particulares (em lojas, supermercados, delegacias etc.);
- ✓ **Prisão legal:** Trata-se de detenção feita por autoridades policiais sem autorização judicial;
- ✓ **Tráfico de crianças:** Aplica-se aos casos de roubo de criança, seja para si mesmo, seja para vendê-las através de contatos ilegais de adoção, para negociar seus órgãos ou para exploração sexual ou de seu trabalho;
- ✓ **Subtração de incapaz:** Quando a criança/adolescente for retirada arbitrariamente do convívio de seus pais, tutor ou guardião.

**Violência física:** Faz-se referência, aqui, aos atos praticados por terceiros que violem a integridade física de crianças e adolescentes (art. 17, do ECA).

**OBS:** Todos esses casos devem ser encaminhados ao NUCRIA/SICRIDE e Delegacias de Polícia competentes, sem prejuízo do acionamento direto da Polícia Militar (em caso de flagrante) e da “rede de proteção” local, para a realização do atendimento “protetivo” que se fizer necessário.

- ✓ **Violência física:** Agressão ao corpo da criança ou adolescente com tapas, espancamentos, queimaduras, fraturas, cortes ou qualquer outra ação que provoque dor ou lesões corporais;
- ✓ **Agressão com objetos contundentes;**
- ✓ **Supressão da Alimentação com Caráter Punitivo;**

✓ **Tortura.**

**Violência psicológica:** Também designada como tortura psicológica ocorre quando o adulto constantemente deprecia a criança o adolescente, bloqueia seus esforços de auto-aceitação causando-lhe grande sofrimento mental. Ameaças de abandono também podem tornar uma criança medrosa e ansiosa, podendo representar formas de sofrimento psicológico.

**OBS:** Todos esses casos devem ser encaminhados ao NUCRIA/SICRIDE e Delegacias de Polícia competentes, sem prejuízo do acionamento direto da Polícia Militar (em caso de flagrante) e da “rede de proteção” local, para a realização do atendimento “protetivo” que se fizer necessário.

- ✓ **Ameaça de Morte;**
- ✓ **Humilhação pública ou privada:** Casos em que crianças e adolescentes são alvos de vexames, castigos públicos, xingamentos e outras atitudes;
- ✓ **Tortura psicológica:** Infundindo medo à criança ou adolescente, ameaçando-o de confinamento, impedindo brincadeiras, isolando-o etc;
- ✓ **Exposição indevida da imagem da criança e adolescente:** Através de fotos e jornais, ou ainda uso não autorizado de fotografias para fins comerciais, ideológicos ou políticos.

**Violência sexual:** São atos que violam a integridade física, moral o psicológica da criança ou do adolescente, com finalidade sexual (art. 17, do ECA).

**OBS:** Todos esses casos (dentre outras ocorrências que caracterizem, em tese, crime contra crianças e adolescentes), devem ser encaminhados ao NUCRIA/SICRIDE e Delegacias de Polícia competentes, sem prejuízo do acionamento direto da Polícia Militar (em caso de flagrante) e da “rede de proteção” local, para a realização do atendimento “protetivo” que se fizer necessário. Exemplos:

- ✓ **Estupro:** Definido no art. 213 do Código Penal: "*Constranger mulher a conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça*";
- ✓ **Violação sexual mediante fraude:** Definido no art. 215, do Código Penal como o ato de "*ter conjunção carnal ou praticar outro ato*

*libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima”, havendo agravamento de pena se a vítima tiver idade inferior a dezoito anos;*

- ✓ **Corrupção de menores:** *“Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem”* (art. 218, do Código Penal);
- ✓ **Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente:** *“Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem”* (art. 218-A, do Código Penal);
- ✓ **Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável:** *“Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone”* (art. 218-B, do Código Penal), sendo que, neste caso, incorre nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifiquem as práticas ilícitas respectivas, sendo feito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento;
- ✓ **Estupro de Vulnerável:** Prática de todo e qualquer ato sexual, consentido ou não com criança ou adolescente de idade inferior a 14 (quatorze) anos, ou pessoa que, por qualquer razão, não tenha condições de resistir ou expressar consentimento com o ato sexual (art. 217-A, do Código Penal);
- ✓ **Crimes cibernéticos:** Relacionados nos arts. 241-A a D, do ECA, vão desde a posse de uma única fotografia envolvendo cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente até o aliciamento, pela rede mundial de computadores (*internet*), de crianças e adolescentes para fins libidinosos.

**Discriminação:** Expressa-se por atos, impedimentos ou omissões praticados contra crianças e adolescentes, fundados em preconceitos raciais, sexuais, religiosos, políticos, físicos e sociais (art. 18, do ECA) Tais

violações podem se dar nos mais variados locais, em situações familiares, escolares, profissionais e de lazer, entre outras.

**OBS:** Em todos os casos, pode haver a aplicação de medidas pelo Conselho Tutelar conforme arts. 18-B e 129, da Lei nº 8.069/90, sendo que, a depender do caso (especialmente se a conduta caracterizar crime), deve-se acionar a Polícia Civil e o Ministério Público, ou mesmo a Defensoria Pública, para fins de indenização por dano moral.

- ✓ **Impedimento de acesso a bens materiais:** Em caso de herança ou sucessão, ocorre quando, por razões de discriminação (crianças deficientes, adotadas etc.), impede-se o acesso da criança ou do adolescente a direitos sucessórios;

**Encaminhar para Defensoria Pública ou Ministério Público;**

- ✓ **Humilhação intrafamiliar:** Aplica-se aos casos em que há tratamento diferenciado dos filhos, com prejuízo de alguns deles (impedindo de ir à escola, atribuição de serviços domésticos pesados a crianças pequenas, entre outras);
- ✓ **Isolamento e Tratamento Desigual no Convívio Familiar;**
- ✓ **Isolamento e Tratamento Desigual no Convívio Comunitário;**
- ✓ **Impedimento de acesso a logradouros públicos:** Refere-se à proibição de frequentar lugares públicos como parques, cinemas, clubes, festas, em razão de qualquer tipo de discriminação (cor, situação social, deficiência etc.);
- ✓ **Impedimento de acesso à educação:** Recusa da matrícula em razão de qualquer tipo de discriminação;
- ✓ **Impedimento de acesso à saúde;**
- ✓ **Crítérios Discriminatórios no Acesso à Profissionalização;**
- ✓ **Cerceamento Político;**
- ✓ **Cerceamento Religioso;**
- ✓ **Incitação da população contra criança e adolescentes:** Pode-se dar através de propagandas, discursos, reportagens e outros meios, com o intuito de qualquer tipo de discriminação e agressão;
- ✓ **Discriminação de criança/adolescente oriundas de entidade de atendimento:** Não lhes dando emprego, não permitindo que frequentem lugares públicos, não os aceitando em escolas etc.;



**Práticas institucionais irregulares:** São ações, omissões ou impedimentos praticados contra crianças ou adolescentes por entidades que as têm sob guarda, tutela ou abrigo ou que lhes prestam assistência (art. 17, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII, do ECA). Nesse caso enquadram-se as violações à liberdade, ao respeito e à dignidade que ocorram no espaço das instituições e que impeçam o exercício dos direitos assegurados pelo Estatuto.

**OBS:** Em todos os casos, pode haver a aplicação de medidas pelo Conselho Tutelar conforme arts. 18-B, da Lei nº 8.069/90, sendo que, a depender do caso (especialmente se a conduta caracterizar crime), deve-se acionar a Polícia Civil e o Ministério Público, ou mesmo a Defensoria Pública, para fins de indenização por dano moral.

- ✓ **Desrespeito à opinião da criança e adolescente:** Repressão às crianças e aos adolescentes da expressão sobre qualquer assunto de seu interesse, ironizando-os, humilhando-os ou mesmo proibindo-os de se expressarem;
- ✓ **Impedimento de acesso à Fam/Com/Just/Meios de comunicação:** Impedimento de crianças ou adolescentes de terem seus direitos à convivência familiar e comunitária exercidos e, ainda, o seu direito de acesso à Justiça, garantido pelo Estatuto;
- ✓ **Condições precárias de Saneamento Habitação e Segurança:** Refere-se às condições de atendimento nas instituições;
- ✓ **Ausência de Aliment/Vest/Ativ. Culturais/Lazer ou Esporte;**
- ✓ **Impedimento de posse e guarda de objetos particulares:** Refere-se à proibição de crianças e adolescentes de possuir e ter sob a própria guarda objetos particulares;
- ✓ **Restrição de direito, não prevista judicialmente:** Restrição da liberdade de ir à escola, frequentar lugares públicos, escrever e receber cartas, ou falar com quem quiser sem autorização judicial;
- ✓ **Não informação do adolescente de sua situação processual:** Diz respeito à falta de acesso do adolescente a dados sobre o processo judicial a que esteja submetido;
- ✓ **Local inadequado para Permanência da criança e adolescente:** Seja para abrigo, internação, assistência ou, ainda, em situação transitória de apreensão;

**Atos atentatórios ao exercício da cidadania:** São entendidos como as ações ou omissões, prioritariamente de responsabilidade do Estado ou da sociedade, que contrariam os direitos garantidos por Lei.

**OBS:** Em todos os casos, deve ser acionado o Ministério Público, sem prejuízo do acionamento direto da Polícia Militar (em caso de flagrante) e da “rede de proteção” local, para a realização do atendimento “protetivo” que se fizer necessário.

- ✓ **Omissão de autoridade na apuração de queixas:** Sobre desaparecimento sequestro, assassinato de crianças e adolescentes, não procedendo às investigações e inquéritos necessários;
  - ✓ **Não Cumprimento dos Direitos Assegurados de Acesso à Justiça;**
  - ✓ **Impedimento do Acesso a Documentos de Identificação;**
  - ✓ **Aliciamento de criança e adolescente para atividade ilícita ou imprópria:** Diz respeito a atividades que coloquem crianças ou adolescentes em situação de risco pessoal ou moral (prostituição, envolvimento com drogas, mendicância);
  - ✓ **Recusa de Auxílio, Refúgio ou Orientação;**
  - ✓ **Permanência de crianças e adolescentes em locais proibidos:** Por Lei ou que ofereçam risco físico, moral ou psíquico;
  - ✓ **Aliciamento pelo trafico de drogas ou porte de drogas:** Definido no Art. 33, da Lei nº 11.343/2006 (vide).
- **Convivência Familiar e comunitária (Lei nº 8.069/90, Livro I, Título II - Capítulo III - arts. 19 a 52):**

**Ausência de Convívio familiar:** Ocorre quando há privação do convívio familiar, sem fundamento legal. Neste caso encontram-se ações ou atos de responsabilidade dos pais ou de agências oficiais (arts. 22 e 23, do ECA).

**OBS:** Em todos os casos, deve ser acionado o Ministério Público, sem prejuízo do acionamento da “rede de proteção” local, para a realização do atendimento “protetivo” que se fizer necessário.

- ✓ **Abandono por Pais e/ou Responsáveis;**
- ✓ **Expulsão de Casa por Pais e/ou Responsáveis;**
- ✓ **Impedimento de Acesso a Pais ou Irmãos;**

- ✓ **Privação de Convívio ou Perda do poder familiar por falta de condições materiais:** Quando a criança ou adolescente é retirado de sua família somente por situação de pobreza;
- ✓ **Devolução de Crianças/Adolescentes por Família Adotiva;**
- ✓ **Internamento sem fundamento legal:** Quando se internam crianças por razões outras que não as previstas no Estatuto.

**Ausência de condições materiais para convívio familiar:** Ocorre quando a convivência familiar é prejudicada ou impedida por ações ou omissões por parte de agentes sociais ou familiares.

**OBS:** Em todos os casos, deve ser acionada a “rede de proteção” local, para a realização do atendimento “protetivo” que se fizer necessário. A depender do caso, pode também haver o encaminhamento à Defensoria Pública ou ao Ministério Público.

- ✓ **Não Pagamento de Pensão Alimentícia;**
- ✓ **Falta de Moradia;**
- ✓ **Falta de Condições de Sobrevivência por Miséria;**
- ✓ **Falta de Condições de Sobrevivência por Doença;**
- ✓ **Encaminhamento para o CRAS e Serviços de Saúde;**
- ✓ **Falta de Condições de Sobrevivência por Desemprego;**

**Inadequação do convívio familiar:** Refere-se aos casos em que, na esfera familiar, são cometidos atos atentatórios à vida, à segurança, à saúde física e mental das crianças e dos adolescentes (art. 19, do ECA).

**OBS:** Em todos os casos, deve ser acionado o Ministério Público, sem prejuízo do acionamento do SAV e demais equipamentos da “rede de proteção” local, para a realização do atendimento “protetivo” que se fizer necessário.

- ✓ **Prisão domiciliar:** Crianças ou adolescentes são presos em casa, de forma violenta (amarrados, acorrentados) ou não;
- ✓ **Confinamento:** Crianças ou adolescentes são impedidos de sair, brincar ou ir à escola, ficando isolados ou em entidades de atendimento, por ordem dos pais e/ou responsável;
- ✓ **Sequestro por um dos cônjuges:** Ocorre quando um dos pais retira a criança ou adolescente de casa, contra sua vontade e sem autorização;

- ✓ **Cárcere de deficientes físicos ou mentais:** Ocorre quando deficientes são mantidos em situação de prisão domiciliar ou em entidades;
- ✓ **Violência física:** Faz-se referência, aqui, aos atos praticados por familiares que violem a integridade física de crianças e adolescente (art. 17, do ECA): violência física: agressão ao corpo da criança ou adolescente com tapas, espancamentos, queimaduras, fraturas, cortes ou qualquer outra ação que provoque dor ou lesões corporais;
- ✓ **Violência psicológica:** Atos, agressões verbais ou omissões praticadas por familiares, que trazem danos à saúde mental da criança ou do adolescente;
- ✓ **Abuso sexual Intrafamiliar:** Todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual entre um ou mais adultos (com relação de parentesco e/ou de responsabilidade legal) e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa (USP-LACRI);
- ✓ **Convivência com Dependentes de Drogas/Subst. Quím./Álcool;**
- ✓ **Utilização de mendicância:** Definida no Art. 247 do Código Penal: *"Permitir alguém que menor de dezoito anos, sujeito a seu poder ou confiado à sua guarda ou vigilância: IV - mendigue ou sirva a mendigo para excitar a comiseração pública";*
- ✓ **Utilização na exploração sexual:** Definida no Art. 228 do Código Penal: *"Induzir ou atrair alguém a prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém abandone";*
- ✓ **Utilização na produção e no tráfico de drogas:** Definido no art. 33, da Lei nº 11.343/2006 (vide).

**Ausência de infraestrutura:** Constitui-se em ações ou omissões do Estado (*lato sensu*) que prejudicam o convívio familiar ou comunitário.

**OBS:** Em todos os casos deve ser acionado o CMDCA local, assim como o Poder Público (inclusive na forma prevista pelo art. 136, inciso IX, do ECA), bem como o Ministério Público, sem prejuízo do encaminhamento das crianças/adolescentes/famílias que necessitem aos órgãos públicos corresponsáveis pelo atendimento.

- ✓ **Inexistência de entidades de acolhimento para Crianças e Adolescentes;**
- ✓ **Falta de Atendimento Espec. para Portador de Deficiência;**
- ✓ **Internação Inadequada de Portadores de Deficiência;**
- ✓ **Internação de Adolescentes em Presídio de Adulto;**
- ✓ **Falta de assistência integral ao filho de presidiário:** Em termos de saúde, educação, respeito e convivência.

**Atos atentatórios ao exercício da cidadania:** São entendidos como ações ou omissões de responsabilidade dos pais ou responsável, do Estado ou da sociedade, que contrariam os direitos garantidos por Lei (art. 20, do ECA).

**OBS:** Em todos os casos, deve ser acionado o Ministério Público, sem prejuízo do acionamento da “rede de proteção” local, para a realização do atendimento “protetivo” que se fizer necessário.

- ✓ **Não Registro de Nascimento;**
- ✓ **Negação de filiação:** Por parte de um dos pais ou ambos;
- ✓ **Indefinição de paternidade:** Recusa, por parte do pai, a fazer teste de paternidade;
- ✓ **Desrespeito à opção ou vontade da criança ou adolescente em situação de guarda, adoção ou tutela;**
- ✓ Não cumprimento da legislação brasileira quando da adoção por estrangeiros;
- ✓ **Impedimento de contato de pais presidiários com filhos;**
- ✓ **Não reconhecimento de direitos sucessórios de crianças e adolescentes adotados.**

- **Educação/cultura/esporte/lazer (Lei nº 8.069/90, Livro I, Título II - Capítulo IV - arts. 53 a 59):**

**Ausência ou impedimento de acesso a creche ou a pré-escolas:** Constitui-se em ações ou omissões do Estado e da sociedade que prejudicam o convívio familiar ou comunitário.

**OBS:** Em todos os casos deve ser acionado o CMDCA e o CME locais, assim como a Secretaria Municipal de Educação (inclusive na forma prevista pelo

art. 136, inciso IX, do ECA) e o Ministério Público (Promotoria de Educação).

- ✓ **Falta de creche ou pré-escola:** Trata-se dos casos em que não existe creche ou pré-escola instalada pelo poder público para atender às crianças de 0 a 05 anos cujos pais ou responsável queiram matriculá-la (art. 54, inciso IV, do ECA);
- ✓ **Falta de vagas em creche ou pré-escola:** Trata-se dos casos em que existe a creche ou a pré-escola pública, porém a criança não pode freqüentá-la por falta de vagas;
- ✓ **Não cumprimento por parte Emp. da obrigatoriedade de creche:** Ocorre quando a empresa, pública ou privada, não atende aos direitos dos pais ou responsável de matricular seus filhos de 0 a 05 anos em creche ou pré-escola, seja por não oferecer instalações na própria empresa, seja por não subsidiar a matrícula em estabelecimentos privados (art. 54, inciso IV, do ECA e art. 7º, inciso XXV, da Constituição Federal);
- ✓ **Falta de equipamento Especializado a atendimento de criança de 0 a 05 anos:** O direito de acesso à creche implica a necessidade de oferta de espaço físico, assim como de serviços especializados através dos quais o poder público possa assegurar o direito de crianças de 0 a 05 anos. A falta de equipe especializada, especialmente para atender a essa faixa etária, pode conduzir a vários problemas, comprometendo o direito da criança;
- ✓ **Distância física entre empresa/creche ou casa:** A oferta de creches para crianças de 0 a 03 anos implica a necessidade de que este serviço seja próximo à residência ou ao trabalho dos pais ou responsável; a distância excessiva constitui, na prática, violação do direito;
- ✓ **Distância física entre empresa/Pré-escola ou casa:** A pré-escola deve, do mesmo modo, localizar-se próximo ao trabalho ou à residência dos pais ou responsável pela criança de 04 a 05 anos.

**Impedimento de acesso a ensino fundamental:** Neste grupo incluem-se todas as ações ou omissões que tenham por efeito o impedimento do

acesso da criança ou do adolescente ao equipamento escolar. Cada um dos seis itens previstos no grupo deriva dos artigos do Estatuto.

**OBS:** Em todos os casos deve ser acionado o CMDCA local, assim como a Secretaria de Educação correspondente (inclusive na forma prevista pelo art. 136, inciso IX, do ECA) e o Ministério Público (Promotoria de Educação).

- ✓ **Falta de escola;**
- ✓ **Falta de vagas em escolas especializadas;**
- ✓ **Falta de oferta de ensino noturno regular ao adolescente trabalhador;**
- ✓ **Incompatibilidade do calendário escolar com atividades Sócio/Econômicas e culturais;**
- ✓ **Inexistência de ensino fundamental completo;**
- ✓ **Falta de oferta de educação intercultural bilíngüe.**

#### **Impedimento de Acesso ao Ensino Médio:**

- ✓ **Falta de escola;**
- ✓ **Falta de vagas em escolas diferenciadas ou não diferenciadas;**
- ✓ **Falta de oferta de ensino noturno regular ao adolescente trabalhador;**
- ✓ **Incompatibilidade do calendário escolar com atividades Sócio/Econômicas e culturais;**
- ✓ **Inexistência de ensino médio completo;**
- ✓ **Falta de oferta de educação intercultural bilíngüe.**

#### **Impedimento de permanência no sistema escolar:**

- ✓ **Punições abusivas:** Refere-se a situações que caracterizam punição constante, abusiva e injustificada ao aluno, caracterizando ação discriminatória e desrespeitosa aos valores da criança ou adolescente (art. 53, inciso I e art. 58, do ECA);
- ✓ **Crítérios avaliativos discriminatórios:** Diz respeito às situações nas quais a criança ou o adolescente é avaliado com base em critérios que configuram discriminação, colocando em risco sua permanência na escola;

- ✓ **Expulsão indevida:** Ocorre quando a criança ou o adolescente é expulso da escola sem razão justificada, caracterizando desrespeito ao seu direito de cursar o ensino público. Também se aplica ao caso de “transferência compulsória” (art. 54, inciso I, do ECA);
- ✓ **Constrangimento de qualquer espécie:** Refere-se às situações em que a escola exige pagamento de taxas de qualquer espécie, material ou uniforme - o que por si só caracteriza descumprimento ao estabelecido na Lei - e, quando não atendida pelo aluno, submete-o a constrangimentos (tais como impedimento de acesso às aulas ou de realização de provas).

**Ausência de condições educacionais adequadas:** Neste grupo incluem-se as violações de direitos de crianças e adolescentes que acarretam abandono escolar, impeçam o acesso à escola ou tragam prejuízos na aprendizagem. O conjunto de fatores de que trata esse grupo diz respeito aos direitos assegurados pelo Estatuto que visam facilitar o desempenho escolar do aluno. A salubridade das instalações físicas da escola é condição necessária para que o aluno a frequente. Assim, devem ser registradas todas as situações que coloquem em risco sua saúde no interior da escola.

**OBS:** Em todos os casos deve ser acionado o CMDCA local, assim como a Secretaria de Educação correspondente (inclusive na forma prevista pelo art. 136, inciso IX, do ECA) e o Ministério Público (Promotoria de Educação).

- ✓ **Ausência de merenda escolar;**
- ✓ **Professores despreparados;**
- ✓ **Falta de segurança nas escolas;**
- ✓ **Ausência de serviços especializados;**
- ✓ **Alto índice de repetência;**
- ✓ **Falta de informação dos pais sobre frequência do aluno;**
- ✓ **Interrupção sistemática do processo de ensino;**
- ✓ **Falta de material didático;**
- ✓ **Impedimento de acesso a critérios avaliativos.**



**Aus/imp. De uso de equipamento de cultura, esporte e lazer:** Em todos os casos deve ser acionado o CMDCA local, assim como os Órgãos Públicos correspondentes (inclusive na forma prevista pelo art. 136, inciso IX, do ECA) e o Ministério Público.

- ✓ **Ausência de equipamento para cultura, esporte e lazer;**
- ✓ **Falta de manutenção dos equipamentos existentes;**
- ✓ **Falta de segurança nos locais destinados à cultura/esporte e lazer;**
- ✓ **Impedimento do uso de equipamentos e espaços de lazer existentes.**

**Atos atentatórios ao exercício da cidadania:** Neste grupo, incluem-se as violações das condições gerais que permitem o exercício dos direitos assegurados.

**OBS:** Em todos os casos deve ser acionado o CMDCA local, assim como a Secretaria de Educação correspondente (inclusive na forma prevista pelo art. 136, inciso IX, do ECA) e o Ministério Público (Promotoria de Educação).

- ✓ **Ausência ou impedimento de acesso a meios de transporte;**
- ✓ **Impedimento de acesso à escola;**
- ✓ **Restrição do Direito a Org. e participação em entidades estudantis;**
- ✓ **Não comunicação ao CT de maus tratos/Falta/Evasão/Repetência;**
- ✓ **Impedimento legal de garantias Educação a Crianças indígenas;**
- ✓ **Impedimento à permanência no sistema escolas;**
- ✓ **Auto-exclusão do ensino médio.**

**OBS:** A falta de comunicação de maus-tratos ou outras formas de violência contra crianças e adolescentes por parte do Sistema de Ensino caracteriza, também, a prática da infração administrativa prevista no art. 245, do ECA.

- **Profissionalização e proteção no trabalho (Lei nº 8.069, Livro I, Título II - Capítulo V - arts. 60 a 69):**

**Exploração do trabalho de crianças e adolescentes:** A exploração no trabalho pode ser expressa por ações como tirar proveito de atividades executadas por criança ou adolescente em regime familiar ou utilizá-lo

como empregado comum na cidade ou no campo, sem que sejam respeitados os direitos trabalhistas e previdenciárias asseguradas por Lei.

**OBS:** Em todos os casos, deve ser acionado o Ministério Público do Trabalho, sem prejuízo do acionamento do Ministério Público Estadual e da “rede de proteção” local, para a realização do atendimento “protetivo” que se fizer necessário.

- ✓ **Exploração no trabalho doméstico;**
- ✓ **Falta de registro em carteira de trabalho;**
- ✓ **Não remuneração;**
- ✓ **Remuneração inadequada;**
- ✓ **Apropriação indevida do resultado do trabalho;**
- ✓ **Apropriação indevida do resultado do trabalho;**
- ✓ **Exploração do trabalho por entidade de assistência;**
- ✓ **Trabalho em regime de escravidão.**

**Condições adversas de trabalho:** Trata-se de situações em que a criança ou o adolescente encontra-se em processo peculiar de desenvolvimento e, por conseguinte, o trabalho prematuro acarrete prejuízos ao seu desenvolvimento físico e psíquico (art. 67, incisos I, II, III, do ECA).

**OBS:** Em todos os casos, deve ser acionado o Ministério Público do Trabalho, sem prejuízo do acionamento do Ministério Público Estadual e da “rede de proteção” local, para a realização do atendimento “protetivo” que se fizer necessário.

- ✓ **Exposição a acidentes de trabalho;**
- ✓ **Horário incompatível com a faixa etária ou desenvolvimento físico;**
- ✓ **Trabalho desprotegido de deficientes.**

**Inobservância de legislação trabalhista:** Trata-se de ações ou omissões que ferem os direitos trabalhistas garantidos por Lei.

**OBS:** Em todos os casos, deve ser acionado o Ministério Público do Trabalho, sem prejuízo do acionamento do Ministério Público Estadual e da “rede de proteção” local, para a realização do atendimento “protetivo” que se fizer necessário.

- ✓ **Negação de Carteira de trabalho assinado;**
- ✓ **Violação dos direitos previdenciários e trabalhistas;**

- ✓ **Trabalho Perigoso, insalubre ou penoso;**
- ✓ **Coação ao trabalho noturno;**
- ✓ **Extensão da jornada de trabalho;**
- ✓ **Trabalho em horário/local que impeçam a frequência escolar;**
- ✓ **Inadequação a atividade à idade.**

**Ausência de condições de formação do desenvolvimento:**

- ✓ **Não acesso à capacitação ou formação técnico-profissional do aprendiz;**
- ✓ **Ausência a encaminhamento a Programa de cap. de adol. Suj. a MSE:** Trata-se dos casos em que o adolescente que se encontra sob a guarda de instituição governamental ou não governamental, por força de decisão judicial, não tem acesso à capacitação profissional por falta de encaminhamento dos dirigentes;
- ✓ **Impedimento ao acesso prog. de cap. de adolescente Suj. a MSE:** Trata-se dos casos em que o adolescente que se encontra sob a guarda de instituição governamental ou não governamental, por força de decisão judicial, é impedido de frequentar os programas a que foi encaminhado;
- ✓ **Ausência ou impedimento de acesso a cap. prof. de adolescente portador de deficiência.**

**ATRIBUIÇÕES DO  
CONSELHO TUTELAR**

As atribuições específicas do Conselho Tutelar estão relacionadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (mais especificamente nos seus arts. 18-B, par. único; 90, §3º; 95; 136; 191 e 194):

**1ª ATRIBUIÇÃO**

**Atender crianças e adolescentes e aplicar medidas de proteção:**

- Ouvir relatos e reclamações sobre situações que ameacem ou violem os direitos de crianças e adolescentes.

**OBS:** A “escuta” da criança/adolescente, salvo no caso de “livre relato” (quando ela própria comparece perante o Conselho Tutelar), deve ser efetuada por meio de equipe técnica/profissional habilitado, devendo-se, em qualquer caso, procurar preservar a intimidade/privacidade da mesma. É preciso lembrar que o Conselho Tutelar não é um órgão “técnico”, e seus integrantes não estão automaticamente “habilitados” à realização da escuta de crianças/adolescentes.

- Acompanhar a situação do atendimento às crianças e adolescentes na sua área de atuação e identificar possíveis ameaças ou violações de direitos.

- Um direito é ameaçado quando uma pessoa corre risco iminente de ser privada de bens (materiais ou imateriais) ou interesses protegidos por lei. Um direito é violado quando essa privação (de bens ou interesses) se concretiza.

***Art. 98 - As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:***

***I - Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;***

***II - Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;***

***III - Em razão de sua conduta.***

### **Como Identificar Ameaças e Violação de Direitos?**

A verificação da real situação de risco pessoal e social de crianças e adolescentes deve ser efetuada por meio de profissionais habilitados, com atuação nos programas e serviços municipais competentes.

O acionamento de tais equipamentos deve ser efetuado sempre que necessário, de acordo com os fluxos, protocolos e entendimentos previamente estabelecidos.

#### **I - AMEAÇA OU VIOLAÇÃO por ação ou omissão da sociedade e do Estado:**

Ocorre quando o Estado ou a sociedade, ou ambos, por qualquer ação ou omissão, não asseguram os direitos fundamentais da criança e do adolescente (em especial aqueles relacionados no art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente), ou, oferecendo proteção aos direitos infanto-juvenis, o façam de forma incompleta ou irregular.

#### **II - AMEAÇA OU VIOLAÇÃO por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis - isso quando os pais ou responsável (tutor, guardião,**

dirigente de abrigo) deixam de assistir, criar e educar suas crianças ou adolescentes, seja por agirem nesse sentido ou por deixarem de agir quando deviam:

- por falta: morte ou ausência;
- por omissão: ausência de ação, inércia;
- por abandono: desamparo, desproteção;
- por negligência: desleixo, menosprezo;
- por abuso: exorbitância das atribuições do poder familiar, maus-tratos, violência sexual.

**III - AMEAÇA OU VIOLAÇÃO em razão da própria conduta da criança ou do adolescente:** acontece quando crianças e adolescentes se encontram em condições, por iniciativa própria ou envolvimento com terceiros, de ameaça ou violação dos direitos de sua cidadania ou da cidadania alheia.

Se presentes quaisquer das hipóteses mencionadas, evidencia-se situação de risco, devendo o Conselho Tutelar aplicar as medidas.

**Aplicação das medidas de proteção:**

Após a confirmação da ameaça ou violação de direitos e realização de estudo de caso, o Conselho Tutelar deve:

- Aplicar as medidas de proteção pertinentes;
- Tomar providências para que cesse a ameaça ou violação de direitos;
- Efetuar o acompanhamento do caso até constatar que a situação de risco não mais perdura.

**OBS:** A “aplicação de medidas” não pode ocorrer de forma isolada (a atuação do Conselho Tutelar deve ser sempre colegiada) e nem aleatória (o diagnóstico criterioso de cada caso é fundamental), devendo abranger tanto a criança/adolescente quanto sua família. A definição da medida (ou medidas) mais adequada(s), ademais, deve levar em conta os princípios relacionados no art. 100, *caput* e par. único, do ECA, e ser previamente debatida com seus destinatários, que precisam ser devidamente informados de todas as suas implicações e consequências.

- **Importante reafirmar:** o Conselho Tutelar aplica, mas não executa as medidas de proteção, tarefa que incumbe ao Poder Público, por meio de programas e serviços específicos/especializados, cuja criação/adequação deve ser cobrada e fiscalizada pelo Conselho Tutelar. É preciso lembrar que o objetivo da intervenção do Conselho Tutelar não é a “aplicação de medidas”, mas sim a plena efetivação dos direitos infanto-juvenis, que

cabe ao Poder Público proporcionar por meio de políticas públicas intersetoriais adequadamente planejadas e executadas, instituídas em observância do princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente (art. 227, *caput*, da Constituição Federal).

**Das Medidas de Proteção previstas no art. 101, ECA (a relação é meramente exemplificativa, podendo, a partir do diagnóstico/avaliação técnica do caso, haver a definição de outras):**

**I. Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade:**

- Retornar criança ou adolescente aos seus pais ou responsável, acompanhado de documento escrito, que deverá conter as orientações do Conselho Tutelar para o seu atendimento adequado.
- Notificar pais ou responsável que deixam de cumprir os deveres de assistir, criar e educar suas crianças e adolescentes. Convocá-los à sede do Conselho Tutelar para assinar e receber termo de responsabilidade com o compromisso de, a partir de então, zelar pelo cumprimento de seus deveres.

**ATENÇÃO:** O “encaminhamento aos pais” não deve ser confundido com a definição de guarda, sobretudo na hipótese de os pais serem separados ou divorciados. Essa definição é da competência exclusiva do Poder Judiciário, mediante ação a ser movida pelo pai/mãe que se considerar prejudicado.

A guarda disputada entre pais NÃO SE CONSTITUI EM COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA (art. 25, ECA), pois o art. 19 do ECA assegura o direito da criança e do adolescente ao convívio em família natural, e o art. 21 reserva aos pais a iniciativa de recorrer à autoridade judiciária para a solução da divergência. Cabe ao Conselho Tutelar remeter ao Judiciário a resolução da disputa (art. 136, inciso V, do ECA), sem prejuízo da orientação aos pais.

**II. Orientação, apoio e acompanhamento temporários:**

- Complementar a ação dos pais ou responsável com a ajuda temporária de serviços de assistência social a crianças e adolescentes.
- Aplicar esta medida por solicitação dos pais ou responsável e também a partir de estudo de caso que evidencie suas limitações para conduzirem a educação e orientação de suas crianças e adolescentes.

**III. Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental e médio:**

- Garantir matrícula e frequência escolar a criança e adolescente, diante da impossibilidade ou incapacidade de pais ou responsável para fazê-lo.
- Orientar a família ou entidade de atendimento para acompanhar e zelar pelo caso.
- Orientar o dirigente de estabelecimento de ensino fundamental e médio para o cumprimento de sua obrigação de comunicar ao Conselho Tutelar (art. 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente) os casos de:
  - maus-tratos envolvendo seus alunos;
  - reiteração de faltas injustificadas;
  - evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
  - elevados níveis de repetência.

**IMPORTANTE:** Apesar de não constar como medida protetiva o encaminhamento a estabelecimento oficial de ensino médio, esta também pode e deve ser aplicada pelo Conselho Tutelar em havendo omissão dos pais, responsáveis legais ou Estado, podendo ser incluída através da norma prevista no *caput* do artigo 101 da Lei nº 8.069/90, que diz: “*dentre outras*”.

#### **IV. Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente:**

- Requisitar os serviços sociais públicos ou comunitários, diante das limitações ou falta de recursos dos pais para cumprirem seus deveres de assistir, criar e educar seus filhos.
- Encaminhar a família, a criança ou o adolescente ao(s) serviço(s) de assistência social que executa(m) o(s) programa(s) que o caso exige.

#### **V. Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial:**

- Acionar o serviço público de saúde, para garantia de atendimento à criança e ao adolescente, particularmente diante das situações que exigem tratamentos especializados e quando as famílias não estão sendo atendidas ou são atendidas com descaso e menosprezo.
- Chamar a atenção dos responsáveis pelos serviços de saúde para o direito de prioridade absoluta de crianças e adolescentes (art. 227, CF e art. 4º da Lei nº 8.069/90).

#### **VI. Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento de alcoólatras e toxicômanos:**

- Proceder da mesma maneira que na medida anterior.

## **VII. Acolhimento institucional:**

- Encaminhar criança ou adolescente que se encontre FORA do contexto familiar para entidade de atendimento que ofereça programa de acolhimento institucional (art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente) sempre como medida provisória e preparatória de sua reintegração em sua própria família ou, excepcionalmente, colocação em família substituta.
- Comunicar a medida imediatamente à autoridade judiciária e ao Ministério Público.
- Acompanhar o caso sistematicamente para garantir e promover a transitoriedade e provisoriedade do abrigo em entidade, requisitando para tanto o apoio dos serviços públicos de assistência social.
- A autoridade judiciária é quem, com base nos argumentos ou documentos apresentados pelo Conselho irá analisar a conveniência de manter ou não a criança ou adolescente no acolhimento, podendo revogar a determinação do órgão, retornando a criança ou adolescente à sua família (art. 137 da Lei nº 8.069/90).

**OBS:** Como mencionado anteriormente, o Conselho Tutelar NÃO TEM ATRIBUIÇÃO PARA PROMOVER O AFASTAMENTO DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE DO CONVÍVIO FAMILIAR, devendo, quando entender necessária tal providência, proceder da forma prevista no art. 136, par. único, do ECA, acionando, se necessário o Plantão Judiciário. Em qualquer caso, é necessário que o acionamento do Ministério Público seja efetuado mediante AVALIAÇÃO TÉCNICA que conclua pela adequação de tal medida, assim como a efetiva impossibilidade de afastamento DO AGENTE VITIMIZADOR, na forma prevista no art. 130, do ECA. Lembrar, outrossim, que por PRINCÍPIO ELEMENTAR (art. 100, par. único, inciso X, do ECA), a criança/adolescente deve ser mantida ou imediatamente reintegrada à família de origem, e o afastamento do convívio familiar não pode ser usado como forma de “punição” aos pais acusados de violação dos direitos de seus filhos (e muito menos pode tal “reprimenda” ser aplicada pelo Conselho Tutelar que, em relação aos pais/responsável pode, no máximo, aplicar a medida de ADVERTÊNCIA.

## **2ª ATRIBUIÇÃO**

**Atender e aconselhar os pais ou responsável e aplicar medidas de proteção:**

- A família é a primeira instituição a ser convocada para satisfazer as necessidades básicas da criança e do adolescente.



- O Conselho Tutelar deve, prioritariamente, buscar fortalecer os vínculos familiares, assim como fazer com que os pais assumam suas responsabilidades em relação a seus filhos (art. 100, par. único, incisos IX e X, do ECA):

- Caso os pais ou responsável, por ação, omissão ou insuficiência de recursos, não cumpram com os seus deveres, o Conselho Tutelar deverá orientá-los e encaminhar A FAMÍLIA para programas e serviços de proteção/assistência.

- A ação do Conselho Tutelar é ainda mais urgente quando se constata que crianças e adolescentes são vítimas de maus-tratos, opressão ou abuso sexual.

O atendimento e aconselhamento aos pais ou responsável, com aplicação das medidas pertinentes a cada caso, deverá ser efetuado mediante avaliação técnica e procurar reordenar e fortalecer o ambiente familiar e eliminar as situações de risco para crianças e adolescentes.

#### **Das medidas aplicáveis aos pais/responsável:**

##### **I. Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família:**

- Encaminhar pais e, se necessário, filhos (crianças e adolescentes), a programas que cumprem determinação constitucional (art. 203, inc. I, da Constituição Federal) de proteção à família, para:

- cuidados com a gestante;
- atividades produtivas (emprego e geração de renda);
- orientação sexual e planejamento familiar;
- prevenção e cuidados com doenças infantis;
- aprendizado de direitos.

##### **II. Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos:**

- Encaminhar para tratamento pais ou responsável, usuários de bebidas alcoólicas ou de substâncias entorpecentes, que coloquem em risco os direitos de suas crianças e adolescentes.

- Aplicar a medida após o consentimento do seu destinatário, para não violar o seu direito à intimidade e garantir a eficácia da medida.

##### **III. Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico:**

- Proceder da mesma forma que na medida anterior.

##### **IV. Encaminhamento a cursos ou programas de orientação:**

- Encaminhar pais ou responsável a cursos ou programas que os habilitem a exercer uma atividade e melhorar sua qualificação profissional, em busca de melhores condições de vida e de assistência às suas crianças e adolescentes.

**V. Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar:**

- Aconselhar e orientar pais, responsável, guardiães e dirigentes de entidades quanto à obrigatoriedade de matricular e acompanhar a vida escolar de suas crianças e adolescentes.

**VI. Obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado:**

- Orientar pais ou responsável para seu dever de assistência, que implica obrigação de encaminhar os filhos ou pupilos a tratamento especializado, quando necessário.
- Indicar o serviço especializado de tratamento e ajudar os pais ou responsável a ter acesso a ele.

**VII. Advertência:**

- Advertir, sob a forma de admoestação verbal ou por escrito, pais ou responsável, sempre que os direitos de seus filhos ou pupilos, por ação ou omissão, forem ameaçados ou violados.

### **3ª ATRIBUIÇÃO**

**Promover a execução de suas decisões:**

Um dos principais objetivos da criação do Conselho Tutelar foi “desjudicializar” o atendimento de casos de ameaça/violação de direitos de crianças, adolescentes e famílias, ou seja, evitar que muitas das situações de ameaça/violação de direitos infanto-juvenis tivessem de ser levadas ao Poder Judiciário (como em regra ocorria sob a égide do revogado “Código de Menores”) para serem solucionadas.

A ideia básica foi dotar o Conselho Tutelar de poderes em alguns aspectos equiparados aos conferidos ao Poder Judiciário, de modo a assegurar que os casos atendidos pelo Conselho Tutelar sejam efetivamente RESOLVIDOS pelo Conselho Tutelar, justamente para evitar a necessidade de “judicialização” do atendimento, que apenas acarreta maior demora na solução e, com isto, evidentes prejuízos às crianças e adolescentes.

Assim sendo, na forma da lei, as decisões tomadas pelo Conselho Tutelar (enquanto colegiado) têm eficácia imediata, e devem ser cumpridas por seus destinatários (incluindo o Poder Público) com a mais absoluta prioridade, a menos que venham a ser revistas pela autoridade judiciária, conforme previsto no art. 137, do ECA (ou seja, é o destinatário da decisão tomada pelo Conselho Tutelar que, para ver-se desobrigado de cumpri-la, que para tanto deve recorrer ao Poder Judiciário).

Para assegurar que a decisão seja cumprida, é fundamental que o Conselho Tutelar ESCLAREÇA seu destinatário acerca dos motivos da intervenção (art. 100, par. único, inciso XI, do ECA), assim como estabeleça um CANAL DE COMUNICAÇÃO permanente com os órgãos, programas e serviços públicos destinados ao atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, evitando o uso de instrumentos de “força”, como é o caso da “requisição” e da “representação”, referidos no art. 136, inciso III, do ECA, que somente devem ser utilizados em último caso.

Em qualquer caso, é preciso lembrar que o Conselho Tutelar não é um órgão de execução (ou seja, não é um “programa” ou “serviço” de atendimento, mas sim uma autoridade pública que pode encaminhar casos para serem por estes atendidos).

Para cumprir suas decisões e garantir a eficácia das medidas que aplica, utiliza-se das várias entidades governamentais e não governamentais que prestam serviços de atendimento à criança, ao adolescente, às famílias e à comunidade em geral.

Quando o serviço público necessário inexistir ou é prestado de forma irregular, o Conselho deve comunicar o fato ao responsável pela política pública correspondente e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para que o serviço seja criado ou regularizado.

- Para promover a execução de suas decisões, caso negado o atendimento, de forma injustificada, por parte do órgão público competente, o Conselho pode, de acordo com o ECA (art. 136, inciso III), fazer o seguinte:
- Obter informações sobre a razão da recusa do atendimento junto ao órgão ao qual o caso foi encaminhado ou ao gestor público competente;
- Requisitar, junto ao gestor competente, serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- O Conselho requisitará a execução ou regularização de serviço público, com fundamentação de sua necessidade, por meio de correspondência oficial, recebendo o ciente do órgão gestor na segunda via da correspondência ou em livro de protocolo.
- Representar à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações. Esta representação tem duas funções:

instaurar procedimento para apuração de infração administrativa e fazer com que o Judiciário determine o cumprimento da ordem requisitada (deve-se procurar evitar, no entanto, que o Poder Público somente atenda os casos atendidos pelo Conselho Tutelar após determinação judicial - nunca é demais lembrar que a ideia básica que levou à criação do Conselho Tutelar foi a “desjudicialização” do atendimento).

***Descumprir, sem justa causa, as deliberações do Conselho ou tentar impedir seus membros de exercerem suas funções pode caracterizar os crimes previstos no artigo 330 do Código Penal Brasileiro e/ou no artigo 236, do Estatuto da Criança e do Adolescente.***

Diante do descumprimento injustificado de suas deliberações por órgão governamental não-governamental, o Conselho Tutelar encaminhará representação à autoridade judiciária (arts. 194 c/c 249, do ECA), esclarecendo o prejuízo ou o risco que essa omissão traz para crianças, adolescentes e suas famílias.

#### **4ª ATRIBUIÇÃO**

**Encaminhar ao Ministério Público notícia e fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente:**

- Comunicar ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude ou Criminal, através de correspondência oficial protocolada, fatos que configurem crimes (arts. 228 a 244, ECA) ou infrações administrativas (arts. 245 a 258, do ECA) contra crianças e adolescentes.
- Comunicar também todos os crimes que, mesmos não tipificados no ECA, tenham crianças e adolescentes como vítimas, por exemplo:
  - Quando pais e mães (tendo condições) deixam de cumprir com a assistência aos filhos (abandono material) ou de cuidar da educação dos filhos (abandono intelectual);
  - Crianças e adolescentes frequentando casa de jogo, residindo ou trabalhando em casa de prostituição, mendigando ou servindo a mendigo para excitar a comiseração pública (abandono moral);
  - Entrega de criança e adolescente a pessoa inidônea;
  - Descumprimento dos deveres inerentes ao poder familiar, tutela ou guarda, assim como dos dirigentes das entidades de acolhimento.

**OBS:** Por força do disposto no art. 136, par. único, do ECA, devem ser também encaminhadas ao Ministério Públicos casos em que o Conselho Tutelar entenda necessário o afastamento do convívio familiar, com o

fornecimento de todas as informações técnicas necessárias para embasar a ação judicial respectiva.

## **5ª ATRIBUIÇÃO**

### **Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência:**

- Encaminhar à Justiça da Infância e da Juventude os casos que envolvam questões litigiosas, contraditórias, contenciosas, de conflito de interesses, por exemplo:
  - Destituição do poder familiar;
  - Guarda;
  - Tutela;
  - Adoção.
- Encaminhar também casos relativos a situações de adolescente envolvido ou supostamente envolvido em ato infracional, dentre outras, as enumeradas nos artigos 148 e 149 do ECA.

## **6ª ATRIBUIÇÃO**

### **Tomar providências para que sejam cumpridas medidas protetivas aplicadas pela justiça a adolescentes autores de ato infracional:**

- Acionar pais, responsável, serviços públicos e comunitários para atendimento a adolescente autor de ato infracional, a partir de determinação judicial e caracterização da medida protetiva aplicada ao caso.

## **7ª ATRIBUIÇÃO**

### **Expedir notificações:**

- Levar ou dar notícia a alguém, por meio de correspondência oficial, de fato ou de ato passado ou futuro que gere consequências jurídicas emanadas do ECA, da Constituição ou de outras legislações, por exemplo:
  - Notificar o diretor de escola de que o Conselho determinou a matrícula da criança ou adolescente;
  - Notificar os pais do aluno para que cumpram a medida aplicada, zelando pela frequência do filho à escola.

O não acatamento da notificação do Conselho poderá levar a abertura de procedimento para apuração de crime (art. 236 da Lei nº 8.069/90 e art.

330 do Código Penal) ou de infração administrativa (art. 249 da Lei nº 8.069/90).

## **8ª ATRIBUIÇÃO**

### **Requisitar certidões de nascimento e de óbito de Criança ou de adolescente quando necessário:**

Uma coisa é o registro do nascimento ou do óbito no cartório. Outra, distinta, é a certidão de registro, prova documental do registro efetuado.

O Conselho Tutelar somente tem atribuição para requisitar certidões; não pode determinar registros (competência da autoridade judicial).

Dessa forma:

- verificando, por exemplo, que a criança ou o adolescente não possui a certidão de nascimento e sabendo o Cartório onde ela foi registrada, o Conselho pode e deve requisitar a certidão ao Cartório.
- no caso de inexistência de registro, deve o Conselho comunicar ao Juiz para que este requirite o assento do nascimento.
- a requisição de certidões ou atestados, como as demais requisições de serviços públicos, será feita através de correspondência oficial, em impresso ou formulário próprio, fornecendo ao executor do serviço os dados necessários para a expedição do documento desejado.
- o Cartório deverá, com absoluta prioridade, cumprir a requisição do Conselho, com isenção de multas, custas e emolumentos.

## **9ª ATRIBUIÇÃO**

### **Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:**

- Na Lei Orçamentária (Municipal, Estadual ou Federal), o Executivo deverá, obrigatoriamente, prever recursos para o desenvolvimento da política de proteção integral à criança e ao adolescente, representada por planos e programas de atendimento.
- O Conselho Tutelar, como representante da comunidade na administração municipal e como órgão encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, deverá indicar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente as deficiências (não oferta ou oferta irregular) dos serviços públicos de atendimento à população infanto-juvenil e às suas famílias, oferecendo subsídios para sua urgente implantação ou para seu aperfeiçoamento.

Assim, por ser competência sua, o Conselho Tutelar não deve aguardar solicitação do Prefeito Municipal para apresentar as demandas sociais que deverão ser incluídas no orçamento. Ao contrário, deve tomar a iniciativa, em tempo hábil para a apresentação das leis orçamentárias.

Para o desempenho dessa atribuição “estratégica”, deve o Conselho Tutelar colher DADOS sobre as principais demandas e deficiências na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município (para o que o SIPIA-WEB é uma importante ferramenta). Deve também realizar visitas a entidades governamentais e não governamentais e reuniões com a comunidade onde atua.

Vale lembrar que, na forma da lei (tanto da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto da Lei nº 10.257/2001 - Estatuto das Cidades), o processo de elaboração das propostas de leis orçamentárias é eminentemente PARTICIPATIVO, devendo o Conselho Tutelar participar (e mobilizar as comunidades para participar - vide art. 88, inciso VI, do ECA) das audiências públicas respectivas, dentre outras gestões junto ao CMDCA, gestores públicos e Câmara Municipal.

### **Existem 03 (três) espécies de leis orçamentárias (art. 165, CF):**

**I - Plano Orçamentário Plurianual (P.P.A.):** estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Tem vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato municipal subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa. Assim, o Conselho Tutelar deverá encaminhar seu diagnóstico da situação e sua proposta para os projetos a serem incluídos no PPA até 30 de julho do primeiro ano do mandato do Prefeito.

**II - Lei de Diretrizes Orçamentárias (L.D.O.):** compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. O projeto será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa. Assim, o Conselho Tutelar deverá remeter sua proposta até 15 de março do ano anterior;

**III - Lei Orçamentária Anual (L.O.A.):** compreende o orçamento do Município, suas autarquias, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público (como o próprio Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente). O projeto será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa. Assim, a proposta formulada pelo Conselho Tutelar deverá ser encaminhada até 30 de julho do ano anterior.

#### **10ª ATRIBUIÇÃO**

**Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no artigo 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal:**

- O encaminhamento de representação perante a autoridade judiciária ou o Ministério Público, em nome de pessoa(s) que se sentir(em) ofendida(s) em seus direitos ou desrespeitada(s) em seus valores éticos, morais e sociais, pelo fato de a programação de televisão ou de rádio não respeitar o horário autorizado ou a classificação indicativa do Ministério da Justiça (adequação dos horários de exibição às faixas etárias de crianças e adolescentes), para aplicação de pena pela prática de infração administrativa (art. 254, do ECA).

#### **11ª ATRIBUIÇÃO**

**Representar ao Ministério Público, para efeito de ações de perda ou suspensão do poder familiar:**

- Diante de situações graves de descumprimento por parte dos pais do dever de assistir, criar e educar seus filhos e esgotadas todas as formas de atendimento e orientação, deverá o Conselho Tutelar encaminhar representação ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, na qual há de expor a situação, mencionando a norma protetiva violada, bem como apresentar provas e elementos técnicos e pedir as providências cabíveis.



- O Promotor de Justiça, se assim entender, proporá a ação de perda ou suspensão do poder familiar (art. 201, inc. III c/c art. 155, ambos do ECA) à autoridade judiciária competente, que instalará o procedimento contraditório para a apuração dos fatos (art. 24, do ECA).

## **12ª ATRIBUIÇÃO**

**Fiscalizar as Entidades de Atendimento, assim como programas e serviços que prestam atendimento a crianças/adolescentes/famílias:**

- Fiscalizar entidades de atendimento governamentais e não-governamentais, em conjunto com o Poder Judiciário e o Ministério Público, conforme dispõe o artigo 95 do ECA.

- No caso de constatação de alguma irregularidade ou violação dos direitos de crianças e adolescentes acolhidos, internados ou em regime de semiliberdade, o Conselho deverá oferecer representação ao Juiz, na forma prevista no art. 191, do ECA, sem prejuízo do acionamento do Ministério Público, caso haja suspeita da prática de crime.

**OBS:** Por força do disposto no art. 90, §§ 1º e 3º, do ECA, deve o Conselho Tutelar avaliar se os programas de atendimento estão devidamente registrados no CMDCA (e dentro do “prazo de validade” do registro respectivo) e “atestar”, periodicamente (inclusive para fins de renovação do registro), sua “qualidade e eficácia”.

## **13ª ATRIBUIÇÃO**

**Aplicar as medidas relacionadas no art. 18-B, do ECA:**

- A partir da Lei nº 13.010/2014, foi prevista a aplicação de uma série de medidas equiparadas às relacionadas no art. 129, do ECA, também a integrantes da família ampliada, agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e adolescentes, trata-los, educa-los ou protege-los que utilizem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como forma de correção, disciplina, educação ou a qualquer outro pretexto (art. 18-B do ECA).

A exemplo do que foi dito em relação às medidas dos arts. 101 e 129, para que tal atribuição possa ser cumprida, é fundamental que as medidas relacionadas no art. 18-B, do ECA tenham respaldo em programas e serviços adequadamente estruturados e executados, no âmbito de uma política pública mais abrangente, voltada à prevenção e ao combate à violência contra crianças e adolescentes, que deve necessariamente

contemplar as ações previstas no art. 70-A, do ECA (cuja implementação deve ser também cobrada pelo Conselho Tutelar junto ao Poder Público).

#### **14ª ATRIBUIÇÃO**

**Manter um diálogo permanente com os demais integrantes da “rede de proteção à criança e ao adolescente”, gestores e autoridades públicas com atuação em matéria de infância e juventude:**

- O Conselho Tutelar é um órgão eminentemente “político”, e isto pressupõe o estabelecimento de um “canal de comunicação” permanente com os demais integrantes da “rede de proteção à criança e ao adolescente” local, assim como com os gestores e autoridades públicas com atuação em matéria de infância e juventude e a Câmara Municipal. Isto permitirá uma troca de informações mais rápida e eficiente, assim como o encaminhamento de casos sem a necessidade da “requisição” do atendimento, que somente deve ocorrer em último caso, quando houver recusa injustificada no atendimento.
- A partir do adequado desempenho dessa atribuição, será possível corrigir possíveis entraves decorrentes de erros conceituais acerca do “papel” do Conselho Tutelar e dos demais integrantes da “rede”, assim como promover a definição ou revisão de fluxos e protocolos de atendimento, de modo a assegurar maior agilidade e eficiência nas abordagens e intervenções que se fizerem necessárias.
- Especial atenção deve ser dada às escolas, que muitas vezes acionam o Conselho Tutelar (e mesmo a Polícia, o Ministério Público e o Poder Judiciário) de forma indevida, priorizando a repressão em detrimento da prevenção e de práticas pedagógicas e “restaurativas” (que precisam ser instituídas, inclusive, em função do disposto no art. 70-A do ECA. É preciso que professores, diretores de escola e educadores em geral, sejam esclarecidos e recebam as orientações devidas acerca dos procedimentos a serem tomados quando da prática de atos infracionais e de indisciplina entre alunos, sem prejuízo da cobrança, junto ao Poder Público, da criação de mecanismos de mediação de conflitos escolares e da qualificação funcional dos professores e diretores de escola (dentre outros profissionais da educação) para que saibam lidar com tais demandas.

#### **15ª ATRIBUIÇÃO**

**Atuação preventiva:**

- Um dos principais diferenciais do Estatuto da Criança e do Adolescente em relação ao revogado “Código de Menores” é a preocupação deste com a PREVENÇÃO, que deve se dar, fundamentalmente, por meio de políticas públicas diversas, mas que também pode ter uma relevante contribuição do Conselho Tutelar.

Muitas situações de ameaça/violação de direitos de crianças e adolescentes poderiam ser evitadas a partir da orientação de pais, professores e outros profissionais que atuam na área infanto-juvenil e a população em geral.

Cabe ao Conselho Tutelar avaliar as principais CAUSAS de violação de direitos infanto-juvenis (assim como os locais em que estas ocorrem) e definir uma “estratégia” de atuação institucional para “neutralizá-las”, sem prejuízo do acionamento de outros órgãos públicos corresponsáveis (incluindo as Polícias Civil e Militar, no caso de crimes).

Em qualquer caso, não pode o Conselho Tutelar permanecer “estático”, aguardando o simples envio de denúncias de violação de direitos de crianças e adolescentes, mas sim deve ser o PROTAGONISTA da busca de soluções para os principais problemas que afligem a população infanto-juvenil.

### **Fiscalização de eventos e locais de diversão:**

- Trata-se de uma atribuição decorrente da contida nos arts. 194 c/c 249 e 258, da Lei nº 8.069/90, constituindo-se também em importante medida de prevenção.

Os eventos (tais como shows de música, rodeios, festas típicas/temáticas etc.) e estabelecimentos comerciais onde são realizados bailes, boates e outras celebrações são locais onde é possível a ocorrência de toda sorte de violação de direitos infanto-juvenis (fornecimento de bebidas alcoólicas, exploração sexual, trabalho infantil, exposição a situações vexatórias e/ou constrangedoras etc.), e é fundamental que haja uma ação destacada do Conselho Tutelar para prevenir tais ocorrências e, no caso de sua constatação, reprimir seus autores.

Não se trata de uma atribuição que o Conselho Tutelar deva realizar de forma isolada (é fundamental a participação de outros integrantes da “rede de proteção” à criança e ao adolescente local, assim como da Polícia Militar, Guarda Municipal e outros agentes públicos), e nem é admissível que seja ela desvirtuada (a intervenção do Conselho Tutelar ocorrerá na prevenção e repressão dos adultos responsáveis pela violação dos direitos infanto-juvenis, e não na repressão de crianças e adolescentes vítimas), sendo imprescindível o prévio entendimento com os demais agentes

públicos corresponsáveis que irão participar da diligência para definição de papéis, “fluxos” e “protocolos” para as situações de violação de direitos que, eventualmente, poderão surgir. Deve ficar claro, desde o início, que o Conselho Tutelar não é “polícia de criança”, e que também não lhe cabe “conduzir” as crianças e adolescentes porventura encontrados no local às suas residências, devendo seus pais/responsáveis ser chamados para tanto (em observância, inclusive, ao “princípio da responsabilidade parental” previsto no art. 100, par. único, inciso IX, do ECA). Deve também ser enfatizado aos agentes policiais que irão acompanhar a diligência (cuja intervenção, inclusive, se necessário pode ser “requisitada” pelo Conselho Tutelar, na forma prevista pelo art. 136, inciso III, alínea “a”, do ECA), que tais crianças e adolescentes devem ser invariavelmente tratadas como “vítimas”, devendo a repressão recair sobre os adultos responsáveis por sua vitimização.

Como mencionado, o planejamento da forma como a fiscalização será exercida deve ser efetuado previamente, por meio de reuniões realizadas com integrantes da “rede de proteção” à criança e ao adolescente local, assim como representantes das polícias civil e militar.

Uma vez que a ideia é evitar a ocorrência de violações de direitos, é salutar a realização de reuniões prévias também com os proprietários dos estabelecimentos e responsáveis pelos eventos que serão fiscalizados, repassando informações sobre o teor das normas aplicáveis (incluindo portarias judiciais regulamentadoras, nos moldes do previsto no art. 149, do ECA, cuja expedição, por sinal, o próprio Conselho Tutelar pode requerer ao Juízo da Infância e da Juventude), e sobre a necessidade da adoção de medidas preventivas, seja para evitar o acesso irregular, seja para evitar certas violações de direitos infanto-juvenis que usualmente são verificadas. Na página do CAOPCAE/PR encontra-se publicado material sobre o tema, incluindo um modelo de requerimento de expedição de portaria judicial.

Em qualquer caso, é o Conselho Tutelar que deve definir a “forma” como irá intervir em tais casos, assim como deve zelar para que os demais integrantes da “rede de proteção”, Polícias Civil e Militar, Guarda Municipal e outros agentes públicos corresponsáveis cumpram de maneira efetiva suas atribuições.

Eventos de maior abrangência/repercussão serão fiscalizados por todos os membros do Conselho Tutelar (e não apenas por aquele que estiver atuando em regime de “plantão/sobreaviso”), e mesmo quando constatada violação de direitos por parte de um determinado Conselheiro, caberá a este efetuar o registro da ocorrência, documentá-la (se possível por meio de vídeo), colher ou indicar os meios de coleta de provas

(relação dos nomes, idades e endereços das crianças/adolescentes, nomes e endereços de testemunhas etc.), e submeter o caso à análise do colegiado, a quem incumbirá deliberar pelo oferecimento da representação (nos moldes do art. 194, do ECA), acionamento do Ministério Público e outras providências cabíveis (inclusive, a depender do caso, representar também junto à Prefeitura para cassação do alvará de funcionamento do estabelecimento e aplicação de outras sanções administrativas previstas na legislação local).

**Uma coisa deve ficar clara:** onde quer que haja ameaça ou violação de direitos infanto-juvenis (e sejam quais forem seus autores), é lá que o Conselho Tutelar deverá estar.

**Na verdade, todas as atribuições (que também são PODERES-DEVERES) do Conselho Tutelar podem se resumir numa só, contida no enunciado do art. 131, do ECA: “...ZELAR PELO CUMPRIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DEFINIDOS NESTA LEI”.**

**E é claro, esta não é uma tarefa que incumbe ao Conselho Tutelar, mas também a TODOS os que atuam na área da infância e juventude.**

**ANEXOS**

**- Modelo de Notificação de Pessoa**

***NOTIFICAÇÃO DE PESSOA***

(art. 136, inciso VII, da Lei nº 8.069/90)

**NOTIFICAÇÃO**

O *Conselho Tutelar* de ... (colocar o nome da cidade), sediado à Rua (Av.) ... (endereço completo), por seu representante adiante assinado, com fundamento no art. 136, inciso VII, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), *notifica Fulano de Tal* ... (nome e endereço da pessoa notificada) ..., para comparecer no dia ... de ..., às ... horas, no endereço acima mencionado (ou no local de atendimento ), para o fim de ... (mencionar o objetivo do comparecimento, tal como prestar informações sobre a situação escolar de seu(sua) filho(a) etc.).

(Local e data)

**(Nome e assinatura do Membro do Conselho Tutelar)**

**- Modelo de representação para afastamento cautelar do agressor do convívio familiar (art. 130, da Lei nº 8.069/90).**

Exmo. Sr. Dr. Promotor de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de ...

O Conselho Tutelar de ... (colocar o nome da cidade), sediado à Rua (Av.) ... (endereço completo), por seu Presidente/Coordenador adiante firmado, conforme deliberado em reunião do colegiado realizada em XX/XX/20XX (ata em anexo), vem, perante V. Exa., com fundamento no art. 130, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), representar pelo afastamento de XXXXXXX, RG nº XXXXXXX/PR, brasileiro, casado, sem profissão definida, residente à Rua XXXX, nº XXXX, neste município e comarca, do convívio familiar, pelos seguintes fatos:

*(Descrever o fato ou motivo que fundamenta o pedido)*

Vale esclarecer que este Conselho Tutelar, em pareceria com a “rede de proteção” à criança e ao adolescente local, tomou uma série de providências para evitar a tomada de tão grave providência, conforme é possível constatar do relatório circunstanciado em anexo.

Da mesma forma, o afastamento do agressor da moradia comum foi expressamente recomendado pelos órgãos técnicos do município chamados a intervir (conforme laudo circunstanciado em anexo), nos moldes do previsto no art. 130, da Lei nº 8.069/90.

Ainda segundo a aludida avaliação técnica, as próprias crianças/adolescentes vítimas, ouvidas a respeito, em cumprimento ao disposto no art. 100, par. único, inciso XII, da Lei nº 8.069/90 (e do art. 12, da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989), manifestaram desejo de ver o agressor afastado do convívio familiar, em razão dos incidentes acima relatados.

A partir de avaliação técnica realizada, verificou-se, outrossim, a possibilidade de que o agressor preste alimentos a seus filhos e à sua ex-companheira XXXXX, como forma de evitar prejuízo a seu sustento.

Informamos, ainda, que este Conselho Tutelar está tomando as providências junto à “rede de proteção” à criança e ao adolescente local para assegurar que as crianças e sua genitora recebam a assistência social e o atendimento psicológico que se fazem necessários.

Isto posto, requer a V. Exa. seja a presente recebida, com a finalidade de promover a(s) ação(ões) judicial(is) cabível(is), nos termos dos arts. 201, incisos III, V e VIII c/c 212, da Lei nº 8.069/90, no sentido da promoção do afastamento cautelar do agressor acima nominado da moradia comum com seus filhos e companheira, sem prejuízo da obrigação de prestar-lhes os alimentos devidos.



Nestes termos,  
Pede deferimento.

(Local e data)

(Nome e assinatura do Presidente/Coordenador do Conselho Tutelar)

(Além dos laudos técnicos e outros documentos relativos aos atendimentos prestados, assim como da ata da reunião do colegiado, em que foi deliberado pela tomada da medida respectiva, pode ser encaminhado um rol de testemunhas do fato, citando seus nomes e endereços).

**- Modelo de representação para afastamento de criança/adolescente do convívio familiar (art. 136, par. único, da Lei nº 8.069/90).**

Exmo. Sr. Dr. Promotor de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de ...

O Conselho Tutelar de ... (colocar o nome da cidade), sediado à Rua (Av.) ... (endereço completo), por seu Presidente/Coordenador adiante firmado, conforme deliberado em reunião do colegiado realizada em XX/XX/20XX (ata em anexo), vem, perante V. Exa., com fundamento no art. 136, par. único, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), representar pelo afastamento de XXXXXXXX, filho(a) de XXXXXXXX e XXXXXXXX, residentes à Rua XXXX, nº XXXX, neste município e comarca, do convívio familiar, pelos seguintes fatos:

*(Descrever o fato ou motivo que fundamenta o pedido)*

Vale esclarecer que este Conselho Tutelar, em pareceria com a “rede de proteção” à criança e ao adolescente local, tomou uma série de providências para evitar a tomada de tão grave providência, conforme é possível constatar do relatório circunstanciado em anexo.

Da mesma forma, o afastamento da criança/adolescente foi expressamente recomendado pelos órgãos técnicos do município chamados a intervir (conforme laudo circunstanciado em anexo), que também apontaram para inviabilidade, no caso em concreto, do afastamento do agressor da moradia comum, nos moldes do previsto no art. 130, da Lei nº 8.069/90.

Ainda segundo a aludida avaliação técnica, a própria criança/adolescente, ouvida a respeito, em cumprimento ao disposto no art. 100, par. único, inciso XII, da Lei nº 8.069/90 (e do art. 12, da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989), manifestou desejo de ser afastada do convívio familiar, em razão dos problemas acima relatados, tendo apontado para possibilidade de sua transferência, em caráter provisório, para guarda de sua tia materna, de nome XXXXXXXX, residente à Rua XXXXXXXX, nº XXX, neste município e comarca. A partir de avaliação técnica realizada junto à pessoa indicada, verificou-se a possibilidade da assunção da guarda, desde que o Poder Público preste à família substituta a assistência social devida e/ou os incentivos a que se referem os arts. 34, *caput*, da Lei nº 8.069/90 e 227, §3º, inciso VI, da Constituição Federal.

Verificou-se, outrossim, a possibilidade de que os pais da criança/adolescente prestem alimentos, nos moldes do previsto no art. 33, §4º, da Lei nº 8.069/90.

Informamos, por fim, que este Conselho Tutelar está tomando as providências junto à “rede de proteção” à criança e ao adolescente local para assegurar que a família receba toda a assistência que lhe é devida, na perspectiva de

promover a reintegração da criança/adolescente acima nominada ao convívio familiar da forma mais célere possível.

Isto posto, requer a V. Exa. seja a presente recebida, com a finalidade de promover a(s) ação(ões) judicial(is) cabível(is), nos termos dos arts. 201, incisos III e VIII c/c 212, da Lei nº 8.069/90, no sentido da promoção do afastamento da criança/adolescente acima nominada do convívio familiar e sua subsequente colocação sob a guarda de sua tia materna (caso a medida, de fato, se mostre a mais adequada), ou encaminhamento a programa de acolhimento institucional, assegurando, em qualquer caso, a prestação de alimentos pelos pais.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

(Local e data)

(Nome e assinatura do Presidente/Coordenador do Conselho Tutelar)

(Além dos laudos técnicos e outros documentos relativos aos atendimentos prestados, assim como da ata da reunião do colegiado, em que foi deliberado pela tomada da medida respectiva, pode ser encaminhado um rol de testemunhas do fato, citando seus nomes e endereços).

- Modelo de representação pela prática da infração administrativa prevista no art. 249, do ECA (descumprimento de dever inerente ao poder familiar).

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA  
COMARCA DE XXXX

O **CONSELHO TUTELAR DE XXXXXX**, por seu Presidente/Coordenador adiante firmado, conforme deliberado em reunião do colegiado realizada em XX/XX/20XX (ata em anexo), vem, perante V. Exa., com fundamento no art. 194, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), oferecer a presente **REPRESENTAÇÃO** pela prática de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente em face de:

JOÃO DE TAL, brasileiro, casado, servidor público, residente e domiciliado à Rua XXXXXXXX, nº XXX, bairro XXXXX, nesta cidade, e

MARIA DE TAL, brasileira, casada, de encargos do lar, residente e domiciliada à Rua XXXXXXXXX, nº XXX, bairro XXXXX, nesta cidade, pelos seguintes motivos de fato e de direito:

#### **I - Dos Fatos:**

JOÃO DE TAL e MARIA DE TAL, acima qualificados, são pais do adolescente PEDRO DE TAL, de 16 (dezesseis) anos de idade (cópia da certidão de nascimento em anexo).

Consoante se depreende dos documentos em anexo, PEDRO DE TAL estudou apenas até a 5ª série do ensino fundamental, tendo abandonado os estudos a partir de então.

Os requeridos foram devidamente orientados acerca da necessidade de matrícula de seu filho PEDRO na 6ª série do ensino fundamental, bem como

de acompanhar sua freqüência e aproveitamento escolar, tendo o Conselho Tutelar de XXXX a eles aplicado as medidas previstas no art. 129, incisos IV e V, da Lei nº 8.069/90.

Em que pese as intervenções realizadas pelo Conselho Tutelar, o adolescente PEDRO, embora tenha sido regularmente matriculado na escola XXXXX, sediada à Rua XXX, nº XX, nesta cidade, freqüentou as aulas por pouco mais de XX meses, tendo a seguir passado a apresentar reiteradas faltas escolares, consoante se infere da Ficha de Comunicação de Aluno Ausente - FICA, em anexo.

Todas as intervenções subseqüentes, realizadas sucessivamente pela Direção da Escola XXX, Conselho Tutelar, bem como por esta Promotoria de Justiça, restaram infrutíferas, estando o adolescente PEDRO, atualmente, fora da escola, em evidente situação de risco pessoal e social, na forma do disposto no art.98, da Lei nº 8.079/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

## **II - Do Direito:**

O direito à educação é um dos direitos fundamentais assegurados a todas as crianças e adolescentes, *ex vi* do disposto nos arts. 205, *caput* e 227, *caput*, da Constituição Federal e arts. 4º, *caput*, 53 e seguintes, da Lei nº 8.069/90.

Especial ênfase foi das ao ensino fundamental, considerado OBRIGATÓRIO, por força do disposto no art.208, inciso I, da Constituição Federal, art. 54, inciso I, da Lei nº 8.069/90 e art. 4º, inciso I, da Lei nº 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

De modo a assegurar a matrícula de todas as crianças e adolescentes no ensino fundamental, o art. 55, da Lei nº 8.069/90 estabeleceu, de maneira expressa que:

*“Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.*

Tal norma foi complementada pelo disposto no art. 6º, da Lei nº 9.394/96, onde consta que:

*“Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental”.*

A obrigatoriedade da matrícula no ensino fundamental se constitui ainda numa das medidas de proteção expressamente previstas pelo art.101, inciso III, da Lei nº 8.069/90, à qual corresponde a medida aplicável aos pais ou responsável prevista no art.129, inciso V, do mesmo Diploma Legal:

*“Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:*

*I - ...;*

*II - ...;*

*III - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua freqüência e aproveitamento escolar”.*

Os pais ou responsáveis por crianças e adolescentes, portanto, têm o DEVER de zelar pela educação formal de seus filhos, obrigação que decorre ainda do disposto no art. 1634, inciso I, do Código Civil, 22, da Lei nº 8.069/90 e 229, da Constituição Federal.

A obrigação de promover a matrícula e zelar pela freqüência e aproveitamento escolar dos filhos, se necessário com o auxílio de terceiros, portanto, constitui-se num dos DEVERES INERENTES AO PODER FAMILIAR, cujo exercício não comporta renúncia e cuja omissão não admite escusas.

Os pais que, por dolo ou simples culpa, deixam de cumprir os deveres inerentes ao poder familiar, estão sujeitos a sanções administrativas e criminais previstas na Lei nº 8.069/90 e em outras leis.

Dentre as conseqüências do descumprimento de tais deveres, encontra-se a caracterização da infração administrativa prevista no art. 249, da Lei nº 8.069/90:

*“Art. 249. Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao pátrio poder ou decorrente de tutela ou guarda ....:*

*Pena - multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência”.*

Do narrado e apurado, portanto, verifica-se que os representados, infringiram o disposto no art. 249 do Estatuto da Criança e do Adolescente, estando assim incursos nas sanções do referido artigo, sem prejuízo de outras sanções administrativas e mesmo criminais aplicáveis.

### **III - Do Pedido:**

Em face ao exposto, o Conselho Tutelar requer:

1. A citação dos requeridos JOÃO DE TAL e MARIA DE TAL, acima qualificados, para contestar, querendo, a presente ação na forma processual prevista para a hipótese nos arts. 194 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente;

2. A produção de todas das provas em direito admitidas, em especial o depoimento pessoal dos requeridos e a oitiva das testemunhas adiante arroladas;

3. Ao final, provados os fatos que motivaram o ajuizamento desta, seja a mesma julgada procedente, condenado-se os requeridos acima nominados nas penas do art. 249, do Estatuto da Criança e do Adolescente, devendo a multa aplicada reverter ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, *ex vi* do disposto nos arts.154 c/c 214, ambos do mesmo Diploma Legal;

4. Finalmente, requer-se seja o presente feito instruído e julgado com a mais **absoluta prioridade**, conforme estabelece o art. 227, *caput*, da Constituição Federal, arts. 4º e 102, §2º, *in fine*, do Estatuto da Criança e do

Adolescente e itens 2.3.2.1, 2.3.2.2 e 5.2.7, do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Paraná.

**5** - Embora a causa seja de valor inestimável, atribui-se o valor de R\$ 1.000,00, para cumprimento de obrigação legal.

XXXX, XX de XXXX de 20XX.

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**Presidente/Coordenador do Conselho Tutelar**

**ROL DE TESTEMUNHAS:**

- **XXXXXXX**, residente à Rua XXXXX;
- **XXXXXXX**, residente à Rua XXXXX;
- **XXXXXXX**, residente à Rua XXXXX;



**- Modelo de representação para apuração de irregularidade em entidade de atendimento - no caso, de acolhimento institucional (art. 191, da Lei nº 8.069/90).**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE .....

**O CONSELHO TUTELAR DE XXXXXX** (colocar o nome da cidade), por seu Presidente/Coordenador adiante firmado, conforme deliberado em reunião do colegiado realizada em XX/XX/20XX (ata em anexo), vem, perante V. Exa., com fundamento no art. 191, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), oferecer a presente **REPRESENTAÇÃO**, nos termos do art. 191 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente, **para a apuração de irregularidades na entidade de atendimento denominada “Casa XXXXX”**, destinada ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes, sediada à Rua XXXXXXXX, nº XXXX, nesta cidade e comarca de XXXXXX, tendo como diretor o **Sr. XXXXXX**, brasileiro, casado, CPF nº XXXXX, residente à Rua XXXXXXXX, nº XXXXX, também neste município e comarca. A presente demanda é também ajuizada em face do **MUNICÍPIO DE XXXXXX**, responsável pela manutenção da referida entidade, sendo representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. XXXXXX**, com sede à Av. XXXXXX, nº XXX, nesta cidade e Comarca, devendo ser também citado o **Secretário Municipal da Assistência Social, Sr. XXXXXX**, brasileiro, casado, residente à Rua XXXXX, nesta cidade e comarca, haja vista que as entidades de acolhimento integram a política de assistência social executada pelo município, pelas razões fáticas e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

## **I. DOS FATOS:**

Em razão do tumultuado processo de inserção das crianças **XXXX** e **XXXX** - com menos de um ano de idade - que se encontravam acolhidas nas

entidades de acolhimento mantidas pelo Município de ....., esta Promotoria de Justiça tomou conhecimento de que crianças com menos de um ano de idade estariam sendo entregues para famílias substitutas sem autorização judicial, tanto é que a criança **XXXX**, que estava acolhida por determinação judicial (autos de nº XXXX/XXXX), permaneceu desaparecida por mais de uma semana.

Tendo em vista os fatos aqui noticiados, a Promotoria de Justiça solicitou informações à Secretaria Municipal da Assistência Social e ao Conselho Tutelar de XXXXXX, cujas respostas seguem em anexo.

Ao que parece, o Município de XXXXX tem um programa de parceria com entidades não governamentais, que auxiliam na manutenção das referidas casas de abrigo.

Entretanto, é notória a disputa de casais por crianças com menos de um ano de idade em situação de serem colocadas em lares substitutos, o que muitas das vezes gera a comercialização de crianças pelos pais biológicos ou a intermediação desta entrega por terceiros, sem qualquer controle do Poder Judiciário, ao qual compete, quando necessário e com exclusividade, a colocação de criança ou adolescente em família substituta (art. 28 c/c arts. 165 a 170; art. 101, inciso VIII c/c art. 148, inciso III e par. único, alínea “a”, todos da Lei nº 8.069/90).

Com a finalidade de moralizar o instituto da adoção, o Estatuto da Criança e do Adolescente previu o cadastro prévio de pessoas interessadas na adoção, conforme norma insculpida no art. 50 da mencionada lei, o que impossibilita a inserção de crianças em lares substitutos, através de guarda ou adoção, por intermédio da Secretaria da Assistência Social ou por dirigente de entidade de acolhimento.

Demais disso, os casais **XXXXXX** e **XXXXXX** e **XXXXXX** e **XXXXXX**, que pretendem, respectivamente, a adoção das crianças **XXXXX** e **XXXXX**, mencionaram, conforme documentos em anexo, que a referida entidade de acolhimento não oferece condições materiais adequadas para a manutenção dos acolhidos, razão pela qual estes são muitas vezes encaminhados para os lares de “pessoas voluntárias”, ao arrepio do conhecimento e autorização do Poder Judiciário, o que demonstra o desatendimento dos art. 30 e 94, incisos VII, VIII, IX, X e XI, todos da Lei nº 8.069/90, pela referida entidade de atendimento.

Além da falta de estrutura material, da análise do relatório em anexo, elaborado quando da fiscalização efetuada pelo Conselho Tutelar, em cumprimento do disposto no art. 95, da Lei nº 8.069/90, verifica-se que a referida entidade de acolhimento também não dispõe de equipe técnica própria, nem convênio com os órgãos municipais que contam com profissionais das áreas da pedagogia, psicologia e serviço social, cuja intervenção é essencial tanto para elaboração dos “Planos Individuais de Acolhimento”, nos moldes do previsto no art. 101, §§4º e 5º, da Lei nº 8.069/90, quanto para realização de toda uma gama de avaliações, abordagens e intervenções junto às

crianças/adolescentes acolhidas e suas respectivas famílias, incluindo a elaboração de relatórios periódicos, nos moldes do disposto nos arts. 19, §1º e 92, §2º, da Lei nº 8.069/90, o que, por si só, já é causa de destituição de seu dirigente, nos moldes do disposto no art. 92, §6º, do mesmo Diploma Legal.

Desnecessário dizer que a falta de equipe técnica própria ou vinculada, que esteja permanentemente à disposição da entidade, representa grave violação das normas de referência aplicáveis à matéria, merecendo destaque as “Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento” (em anexo), aprovadas por resolução conjunta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e Conselho Nacional da Assistência Social - CNAS que, por força do disposto no art. 90, §3º, inciso I, da Lei nº 8.069/90 são de observância obrigatória pelas entidades que desenvolvem este tipo de programa, cuja execução é de elevada complexidade.

O objetivo da qualificação técnica dos serviços de acolhimento é evitar que as entidades que desenvolvem semelhantes programas se transformem em meros “depósitos” de criança/adolescentes, com todas as mazelas daí decorrentes.

Vale destacar que este Conselho Tutelar vem tentando, de forma reiterada, porém sem sucesso, conscientizar o Município de XXXXXX, responsável pela manutenção da entidade de acolhimento em questão, acerca da necessidade de estrita observância às normas técnicas aplicáveis, tanto no que diz respeito à estrutura física e demais necessidades de ordem “material” indispensáveis à adequada manutenção das crianças/adolescentes acolhidas, quanto no que diz respeito à lotação de equipe técnica interdisciplinar junto à entidade, o que impediria a ocorrência de situações como a noticiada no início da presente exposição.

Portanto, diante do quadro fático demonstrado, e da impossibilidade de solução da questão pela via administrativa, fica evidente a necessidade de imediata intervenção e do Poder Judiciário na mencionada entidade governamental de atendimento (Casa XXXX), visando resguardar os direitos fundamentais das crianças e adolescentes que lá se encontram ou que para lá venham a ser encaminhados, bem como a observância dos procedimentos legais destinados tanto à reintegração familiar quanto à adoção previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, evitando, assim, a intermediação por terceiros na inserção de crianças em lares substitutos (conforme art. 30, da Lei nº 8.069/90).

## **II. DO DIREITO:**

Na forma da Lei (art. 4º, *caput*, da Lei nº 8.069/90) e da Constituição Federal (art. 227, *caput*, de nossa Carta Magna), o Poder Público (*lato sensu*) tem o DEVER de promover - com a mais ABSOLUTA PRIORIDADE - a plena

efetivação de TODOS os direitos fundamentais inerentes à criança e ao adolescente, o que inclui o direito à inviolabilidade da integridade física, moral e psíquica (assegurado pelo art. 17, da Lei nº 8.069/90 - como decorrência do princípio constitucional da “dignidade da pessoa humana”, relacionado no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal) e à convivência familiar (nos moldes do previsto nos arts. 19 e seguintes e 100, *caput* e par. único, incisos IX e X, da Lei nº 8.069/90).

Os arts. 92 e 94 e seus incisos, combinado com os arts. 94, §1º e 93, todos do mesmo Diploma Legal, por sua vez, estabelecem as obrigações das entidades de acolhimento para com a criança ou adolescente inseridos no programa respectivo, a saber:

***Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios:***

***I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;***

***II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa.***

***III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;***

***IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;***

***V - não-desmembramento de grupos de irmãos;***

***VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;***

***VII - participação na vida da comunidade local;***

***VIII - preparação gradativa para o desligamento;***

***IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.***

***§ 1º. O dirigente de entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.***

...

***Art. 93. As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade .***

**Art. 94. As entidades que desenvolvam programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras:**

...

**V - diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares;**

**VI - comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares;**

**VII - Oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal;**

**VIII - Oferecer vestuário e alimentação suficientes e adequados à faixa etária dos adolescentes atendidos;**

**IX - Oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos;**

**X - Propiciar escolarização e profissionalização;**

**XI - Propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer;**

...

**XX - manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do adolescente, seus pais ou responsável, parentes, endereços, sexo, idade, acompanhamento da sua formação, relação de seus pertences e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento.**

**§ 1º. Aplicam-se, no que couber, as obrigações constantes deste artigo às entidades que mantêm programa de acolhimento institucional e familiar.**

A estas obrigações se somam as relacionadas nos arts. 19, §1º e 101, §§4º e 5º, da Lei nº 8.069/90, que determinam a obrigatoriedade da elaboração, por equipe técnica habilitada, de “Planos Individuais de Atendimento” para todas as crianças e adolescentes acolhidas, que devem ter sua situação jurídica e psicossocial periodicamente reavaliada, a saber:

**Art. 19. ...**

...

**§ 1º. Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária**

**competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei.**

**Art. 101. ...**

**...**

**§ 4º. Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a entidade responsável pelo programa de acolhimento institucional ou familiar elaborará um plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário de autoridade judiciária competente, caso em que também deverá contemplar sua colocação em família substituta, observadas as regras e princípios desta Lei.**

**§ 5º. O plano individual será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento e levará em consideração a opinião da criança ou do adolescente e a oitiva dos pais ou do responsável.**

O cumprimento dessas obrigações (dentre outras previstas em lei), como fica evidenciado pela própria leitura do texto legal respectivo, torna indispensável a presença de equipe técnica diretamente a serviço ou vinculada/à disposição da entidade de acolhimento, o que por certo qualifica o atendimento e facilita sobremaneira tanto o processo de reintegração familiar quanto, caso isto não seja possível, a preparação para inserção da criança/ adolescente em família substituta, o que, logicamente, não pode ser efetuado de forma abrupta e/ou sem maiores cautelas.

Paralelamente às obrigações impostas às entidades de acolhimento, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seus arts. 92, §6º e 97, enumera as medidas a serem aplicadas a estas e aos seus dirigentes que não observarem tais deveres, violando os direitos fundamentais dos atendidos:

**Art. 92. ...**

**...**

**§ 6º. O descumprimento das disposições desta Lei pelo dirigente de entidade que desenvolva programas de acolhimento familiar ou institucional é causa de sua destituição, sem prejuízo da apuração de sua responsabilidade administrativa, civil e criminal.**

**...**

**Art. 97. São medidas aplicáveis às entidades de atendimento que descumprirem obrigação constante do artigo 94, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos:**

***I - Às entidades governamentais:***

- a) advertência;***
- b) afastamento provisório de seus dirigentes;***
- c) afastamento definitivo de seus dirigentes;***
- d) fechamento de unidade ou interdição de programa.***

Além das referidas sanções aplicáveis aos dirigentes das entidades de acolhimento, tanto estes quanto os gestores públicos (incluindo o Prefeito Municipal que, em última análise, é o responsável pela execução da política municipal de atenção à criança e ao adolescente e todos os seus desdobramentos), podem ser responsabilizados - pessoalmente - por condutas que causem prejuízo às crianças e adolescentes atendidas por tais equipamentos, como evidenciam os arts. 5º, 208, *caput* e incisos VI, IX e X e 216, todos também da Lei nº 8.069/90, a saber:

***Art. 5º. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais .***

***...***

***Art. 208. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular:***

***...***

***IX - de ações, serviços e programas de orientação, apoio e promoção social de famílias e destinados ao pleno exercício do direito à convivência familiar por crianças e adolescentes.***

***X - de programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas e aplicação de medidas de proteção***

***...***

***Art. 216. Transitada em julgado a sentença que impuser condenação ao Poder Público, o juiz determinará a remessa de peças a autoridade competente, para apuração da responsabilidade civil e administrativa do agente a que se atribua a ação ou omissão.***

De modo a assegurar o efetivo respeito às normas e princípios anteriormente mencionados, foi conferido ao Conselho Tutelar, dentre outros agentes, o poder fiscalizatório sobre as entidades de atendimento, dentre elas as entidades de acolhimento municipais, como evidencia o art. 95, do Estatuto da Criança e do Adolescente:

***Art. 95. As entidades governamentais e não-governamentais, referidas no artigo 90, serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.***

Cabendo ao Conselho Tutelar a defesa e promoção dos direitos e interesses afetos à criança e ao adolescente (arts. 131 e 136, da Lei nº 8.069/90), com ampla legitimidade para propositura de demandas judiciais como a presente (arts. 191, *caput*, da Lei nº 8.069/90), abre-se a possibilidade do ajuizamento da presente demanda, com o objetivo precípua de regularizar a situação em que se encontra o programa de atendimento desenvolvido pela entidade de acolhimento acima nominada, sem prejuízo de, no caso de impossibilidade, serem tomadas as medidas punitivas previstas em lei contra os agentes públicos responsáveis.

### **III. DOS REQUERIMENTOS:**

Isto posto, requer o Conselho Tutelar<sup>4</sup>:

**1** - O recebimento da presente representação, seguindo-se o procedimento previsto no preceituado art. 191 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente;

**2** - A citação do **MUNICÍPIO DE XXXXX**, na pessoa do **Prefeito Municipal, Sr. XXXXXX**, com endereço à Av. XXXXX, bem como do **Secretário Municipal da Assistência Social, Sr. XXXXX**, com endereço profissional à Rua XXXXX, nesta cidade e Comarca e do **Dirigente da Casa XXXXX, Sr. XXXXXX**, com endereço profissional à Rua XXXXX, nesta cidade e

<sup>4</sup>

**Obs:** Embora não conste do modelo em questão, a depender da situação é possível - e mesmo recomendável - requerer o **afastamento cautelar** do dirigente da entidade, conforme disposto no art. 191, par. único, da Lei nº 8.069/90, devendo ser nomeado um **interventor**, que permanecerá na função ao menos enquanto tramitar o procedimento.



Comarca para, querendo, apresentarem contestação à presente e produzirem as provas que tiverem em sua defesa, na forma do art. 192, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

**3 - A expedição de ofício à Casa XXXXX e à Secretaria Municipal da Assistência Social de XXXXX para que:**

**3.1 -** Se abstenham de entregar para terceiros, sem ordem judicial, crianças e adolescentes que estejam acolhidas na Casa XXXXX ou em qualquer outra entidade de acolhimento sediada no Município de XXXXX, bem como comuniquem ao Juízo, ao tomarem conhecimento, de pessoas interessadas na guarda e adoção de crianças acolhidas nas entidades de abrigo, para que se tomem as providências cabíveis;

**3.2 -** Informem, no prazo de 10 dias, como era feita a entrega dessas crianças a terceiros e há quanto tempo a Secretaria da Criança e do Adolescente vinha assim procedendo;

**3.3 -** Comuniquem ao Juízo, ao Ministério Público e a este Conselho Tutelar, no prazo estabelecido no art. 93 do Estatuto da Criança e do Adolescente, qualquer abrigamento de criança ou adolescente;

**3.4 -** Coloquem imediatamente à disposição da entidade de acolhimento mencionada, ao menos, 01 (um) profissional da área da assistência social, 01 (um) profissional da área da psicologia e 01 (um) profissional da área da pedagogia, para que prestem o indispensável assessoramento técnico aos demais profissionais que lá atuam, bem como efetuem as avaliações e intervenções interprofissionais cabíveis junto às crianças e adolescentes acolhidas e suas respectivas famílias, devendo para tanto, se necessário remanejar servidores, celebrar convênios e/ou efetuar contratações por tempo determinado;

**3.5 -** Assegurem todos os recursos materiais necessários à adequada manutenção das crianças e adolescentes acolhidas, sem prejuízo à prestação de assistência às suas respectivas famílias, na perspectiva de sua futura reintegração familiar, em cumprimento ao disposto no art. 226, *caput* e §8º, da Constituição Federal e arts. 19, 23 e par. único, 92, incisos I e VIII, 101, inciso IV e 129, inciso I, todos da Lei nº 8.069/90;

**4 - A oitiva das testemunhas adiante arroladas<sup>5</sup>;**

---

<sup>5</sup> A eventual oitiva de crianças/adolescentes acolhidas, em especial quando vítimas da ação/omissão de servidores ou dirigentes da entidade, deve ser efetuada com cautela, de modo a evitar a exposição daquelas a uma situação constrangedora perante estes ou mesmo seus defensores, autoridade judiciária e Ministério Público. A oitiva de crianças e adolescentes vítimas deve ser preferencialmente realizada em ambiente reservado, por intermédio de profissionais das áreas da psicologia, pedagogia e/ou serviço social, nos moldes do chamado “Depoimento Especial/Sem Dano”, previsto pela Recomendação nº 33/2010, do CNJ.

5 - A produção de todas as provas em direito admitidas;

6 - Ao final da apuração dos fatos, que sejam os requeridos compelidos a tomarem, em caráter definitivo, as providências necessárias à correção das irregularidades apontadas, nos termos do art. 191, §3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, sob pena de interdição do programa ou fechamento da entidade de atendimento, bem como da aplicação de sanções de ordem civil e administrativa a cada um deles (pessoas físicas), incluindo imposição de indenização por dano moral coletivo, nos moldes do previsto nos citados arts. 5º, 208, *caput* e incisos VI, IX e X c/c 216, da Lei nº 8.069/90 c/c arts. 186 e 927, do Código Civil;

7 - Requer, por fim, seja o presente feito instruído e julgado com a mais **absoluta prioridade**, conforme estabelece o art. 227, *caput*, da Constituição Federal, arts. 4º, *caput* e par. único, alínea “b” e 152, par. único, do Estatuto da Criança e do Adolescente e itens 2.3.2.1, 2.3.2.2 e 5.2.7, do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Paraná;

8 - Embora a causa seja de valor inestimável, atribui-se o valor de R\$ 1.000,00, para cumprimento de obrigação legal.

Local e data.....

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Presidente/Coordenador do Conselho Tutelar**

**ROL DE TESTEMUNHAS:**

- XXXXXXXX, residente à Rua XXXXX;
- XXXXXXXX, residente à Rua XXXXX;
- XXXXXXXX, residente à Rua XXXXX;

---

**- Modelo de Requisição de Certidão de Nascimento e de Óbito de crianças e adolescentes (modelo pode ser convertido em ofício requisitório).**

***REQUISIÇÃO DE CERTIDÃO DE NASCIMENTO E DE ÓBITO DE  
CRIANÇAS E ADOLESCENTES***

(art. 136, inciso VIII, da Lei nº 8.069/90)

Ilmo. Sr. Oficial do Registro Civil de ...

O *Conselho Tutelar* de ... (colocar o nome da cidade), sediado à Rua (Av.) ... (endereço completo), por seu Presidente/Coordenador adiante assinado, com fundamento no art. 136, inciso VII, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), *requisita dessa r. serventia*, cópia da Certidão de Nascimento (ou de Óbito) de ... (nome da criança ou adolescente), nascido(a) aos ... (data), filho(a) de ... (nome dos pais e, se possível, dos avós), natural desta cidade.

Para o atendimento da presente requisição, é concedido o prazo de ... dias.

Informo, ainda a V. Senhoria que o descumprimento desta constitui infração administrativa prevista no art. 249 da lei acima citada.

(Local e data)

**(Nome e assinatura do Presidente ou Coordenador do Conselho Tutelar)**

**-Modelo de Requisição de Serviço Público (válido para as áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança - cf. art. 136, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 8.069/90).**

Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Saúde

O Conselho Tutelar de ... *(colocar o nome da cidade)*, sediado à Rua (Av.) ... *(endereço completo)*, por seu Presidente/Coordenador abaixo assinado, vem perante Vossa Senhoria, com fundamento no art. 136, inciso III, letra “a”, da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), *requisitar a internação na rede hospitalar municipal da criança (ou adolescente) Fulano de Tal ... (qualificação completa da criança ou adolescente que necessita do serviço de saúde) ...*, pelo motivo abaixo descrito:

Que a criança *(ou adolescente)* acima mencionada é portadora de doença ... *(descrever o fato)*, havendo recomendação médica expressa para sua internação hospitalar, nos moldes do previsto no art. 101, inciso V, da Lei nº 8.069/90.

Acontece, porém, que após seus pais terem tentado, sem sucesso, conseguir uma vaga no hospital da cidade, e os encaminhamentos efetuados por este Conselho Tutelar a este e outros equipamentos de saúde terem igualmente restado infrutíferos, sob a alegação de falta de leitos disponíveis, não restou a este Conselho Tutelar alternativa outra além do encaminhamento da presente requisição.

Isto posto, e considerando o dever elementar do Poder Público em proporcionar, com a mais absoluta prioridade, a efetivação do direito à saúde da criança/adolescente acima nominada, inclusive sob pena de responsabilidade (arts. 4º, *caput* e par. único c/c 208, *caput* e inciso VII, da Lei nº 8.069/90), este Conselho Tutelar, usando de sua prerrogativa institucional contida no art. 136, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 8.069/90, vem perante Vossa Senhoria requisitar a internação hospitalar do(a) paciente acima referido, seja

no hospital da cidade, seja em outro estabelecimento de saúde que disponha da estrutura necessária para tanto, sem prejuízo da orientação aos pais e outras providências necessárias a seu tratamento e posterior reabilitação, observando-se em qualquer caso as normas técnicas e jurídicas aplicáveis à matéria.

Por fim, informo a Vossa Senhoria que o descumprimento da presente requisição caracteriza, em tese, a infração administrativa tipificada no art. 249, da Lei nº 8.069/90, além de sujeitar os agentes públicos omissos a outras sanções administrativas e civis, nos moldes do previsto nos arts. 5º, 208 e 216, da Lei nº 8.069/90.

(Local e data)

**(Nome e assinatura do Presidente ou Coordenador do Conselho Tutelar)**